



Foto: Ricardo Dias e Rafael Sudano, 2019, a partir de pintura realizada pelos alunos do Colégio Pedro II, unidade São Cristóvão

Resumos Expandidos

A *MÉNAGERIE* DO PALÁCIO DAS NECESSIDADES: análise preliminar de um sítio a explorar

José Alberto Pais*

Introdução

Segundo a legislação portuguesa, Patrimônio Arqueológico é definido como “todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente”, sendo “testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante e refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade, ou exemplaridade”¹.

O estudo dos monumentos históricos confere subsídios para a compreensão do passado, incluindo o passado recente, no que tange aos hábitos e costumes dos grupos sociais que interagem com estes bens, muitos deles elevados à categoria de bens culturais. O Complexo Arquitetônico das Necessidades, localizado em Lisboa, abriga construções e espaços, concebidos com diferentes finalidades, que se inseriam no cotidiano da família real portuguesa, se enquadrando nas definições de patrimônio arqueológico pela Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal.

Em 1743, toda a área atualmente ocupada pelo Complexo das Necessidades foi anexada à coroa portuguesa por ordem de D. João V. Este monarca foi responsável pela construção dos principais edifícios que integram esta área: o Palácio de Nossa Senhora das Necessidades e o Convento de São Felipe de Nery. Em 1910, com a instauração da República, o Complexo foi fragmentado em duas áreas distintas. A primeira, constituída

* Biólogo, bacharel em Ecologia (UFRJ); mestre e doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Atua como museólogo independente, estudando o animal vivo como objeto museológico e os espaços expositivos das coleções zoológicas vivas como museus. Contato: curassows@hotmail.com.

¹ Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Patrimônio Cultural - Lei 107/2001 de 8 de setembro. Direção Geral do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/>>. Acesso: 25 out. 2019.

pelo núcleo palaciano, abrange o Palácio propriamente dito e o Convento, além dos jardins a estes associados. O campanário e da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades também é parte integrante deste grupo, assim como o Chafariz do Obelisco, localizado no largo defronte ao Palácio. Todas estas edificações, com exceção do Chafariz, têm acesso restrito por abrigarem, atualmente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A segunda área é a Tapada, ocupando a maior parte do Complexo, apresentando, em seus domínios, várias edificações, dentre elas a *Ménagerie*², foco desta pesquisa, assim como outras edificações de grande valor arquitetônico.

A Tapada foi de vital importância para a vida dos monarcas portugueses desde a época de D. Maria II. Com a República este espaço transformou-se em um parque público estatal sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e se encontra, atualmente, em avançado processo de degradação, apesar de algumas de suas edificações terem sido restauradas nos últimos anos.

O estudo das *ménageries* reais é um assunto pouco explorado pelo fato de a maioria destas estruturas terem desaparecido ao longo do tempo. Estudos arqueológicos podem contribuir para o esclarecimento do funcionamento da *Ménagerie* das Necessidades, não só como uma área de exposição de animais, pois os dados na literatura são parcos e contraditórios (PAIS, 2018, p.106), mas, principalmente, esclarecendo o uso deste espaço como área de entretenimento pela realeza.

O presente trabalho teve por objetivo realizar um levantamento preliminar do estado de conservação da *Ménagerie* das Necessidades, subsídio importante para um futuro projeto de requalificação deste espaço como área de lazer/didático-científica e, principalmente, como um espaço de memória de uma prática que representava as relações de poder entre a metrópole e suas colônias, além de servir como expressão de refinamento real perante os demais governantes.

Metodologia

Foram efetuadas duas visitas à Tapada das Necessidades, ambas ocorridas no mês de agosto de 2016, quando toda a *Ménagerie* foi fotografada e analisada. Uma pesquisa documental, realizada no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo da Marinha, ambos localizados na cidade de Lisboa, complementaram a pesquisa.

² O termo *Ménagerie* é amplamente empregado para designar os espaços destinados à manutenção das coleções zoológicas vivas anteriores a 1825, constituindo um espaço destinado ao entretenimento e lazer de seus proprietários (PAIS, 2013).

Resultados e Discussões

Muros

Praticamente metade do perímetro da *Ménagerie* é delimitado por uma estrutura de alvenaria. Esta estrutura é composta por um muro ornado com balaústres, localizado entre os dois torreões ao fundo, além de dois segmentos de muros sem adornos, contíguos à direita e à esquerda dos torreões. O muro ornado apresenta rosetas vazadas envoltas por um adereço trançado, conferindo, a este, um grande efeito visual. Colunas que servem de suporte para vasos de plantas, elementos decorativos distribuídos por todo o Complexo das Necessidades, dividem este muro em dez segmentos. Aparentemente de formato homogêneo, estes vasos diferem nas representações dos *Anemói*³, além de sutis alterações nas pétalas e na parte central das flores. Não só neste muro, mas também em outros locais da Tapada, porém de forma mais acentuada aqui, muitas colunas estão desprovidas de seus vasos, encontrando-se alguns destes elementos caídos na parte interna da *Ménagerie*. Os segmentos de muros, à direita e à esquerda dos torreões, apresentam um acabamento simples e rústico conferindo, contudo, uma elegância e um equilíbrio ao conjunto. As extremidades livres destes segmentos apresentam um acabamento em voluta direcionada para baixo, diferentemente do acabamento presente na inserção destes com os torreões, cujas volutas estão dirigidas para cima.

A parte terminal do segmento de muro localizado à direita encontra-se em bom estado de conservação, entretanto, o segmento à esquerda apresenta avarias estando envolto por heras.

Gradeamento

O gradeamento é, depois dos torreões, o elemento estrutural que mais se destaca no Complexo. Como nos muros, podemos observar dois padrões distintos de grades, tomando como base a ornamentação existente em sua parte superior, constituída por pinhas ou por pináculos. Em todo o gradeamento as pinhas e os pináculos estão dispostos de forma alternada com um terceiro tipo de acabamento do tipo vaso, de tamanho menor.

A utilização de pináculos ou de pinhas estabelece a finalidade das grades, delimitando os espaços da *Ménagerie* - as áreas reservadas aos animais apresentam grades com

³ Divindades gregas personificadoras dos ventos.

pináculos, enquanto as áreas destinadas à circulação das pessoas são guarnecidas por grades com pinhas.

Em vários pontos observa-se a falta de adornos nas grades ou uma alteração no padrão de alternância entre os elementos grandes e pequenos, fato decorrente da substituição, *a posteriori*, destes acabamentos.

As grades, independentemente da sua utilidade, apresentam, na sua parte inferior, ornamentação do tipo vaso. Observa-se, aqui, uma maior perda destes elementos devido à proximidade com o solo e, conseqüentemente, o maior desgaste destes elementos.

Todas as grades ornadas com pinhas estão localizadas na parte interna da *Ménagerie*. A única exceção é um segmento de grade situado na periferia da *Ménagerie* que serve de proteção à circulação das pessoas que utilizavam um dos acessos à direita, protegendo-as do acentuado desnível de terreno aí existente.

A *Ménagerie* apresenta quatro entradas, sendo três: a central e as duas localizadas à direita, guarnecidas por portões. O acesso pela esquerda é realizado diretamente por uma escada com três degraus que vencem o pequeno desnível existente entre a *Ménagerie* e o piso da Alameda dos Lodões.

Encontramos dois padrões de portões de ferro na *Ménagerie*, um simples, que segue o modelo geral das grades, e um ornamentado com um florão decorativo na placa de ferro que delimita a parte inferior do mesmo. Este segundo padrão é o que prevalece na *Ménagerie*, sendo encontrado na entrada central e vedando as entradas dos recintos dos animais. Os fechos presentes nos portões apresentam marcas profundas de corrosão, assim como as placas de ferro na base dos mesmos.

Na *Ménagerie* há duas áreas bem delimitadas reservadas ao alojamento dos animais. Estes espaços, localizados em ambas as extremidades, apresentam em seu interior quatro torreões, dois em cada uma dessas áreas.

O espaço expositivo localizado à esquerda apresenta-se dividido em três recintos, enquanto a área expositiva da direita possui quatro. Isto é um dado intrigante, pois as grades que separam os recintos esquerdos do corredor de circulação apresentam quatro portões, o que nos leva a supor que, no passado, deveria ter existido um gradeamento entre os torreões esquerdos, aos moldes do que se observa na área da direita. Contudo, estas duas áreas mostram-se distintas em relação ao posicionamento das grades e seus torreões. Enquanto na área à esquerda as grades se inserem na posição mediana dos

torreões, os recintos da direita apresentam estes elementos inseridos na borda dos mesmos.

Tanto o corredor esquerdo como o corredor direito situado ao nível da Alameda dos Lódões, apresentam, em sua porção distal, escadarias em pedra que dão acesso a uma área elevada que ocupa todo os fundos da *Ménagerie*, o mezanino.

A escadaria esquerda, que dá acesso ao mezanino, está completamente delimitada por paredes, apresentando gradis protetores somente nos patamares do mezanino. Estas grades possuem acabamento de pinhas e vasos, indicando uma área de circulação de pessoas. As partes livres destes gradis apresentam colunas torneadas que dão um acabamento mais refinado ao conjunto (Figura 1).

A escadaria do corredor à direita apresenta um lado contíguo a uma parede de contenção do desnível do terreno e um lado livre, protegido por um gradil simples, portando, em ambas as extremidades do guarda corpo, colunas torneadas. Este gradil é encimado por um corrimão de ferro.

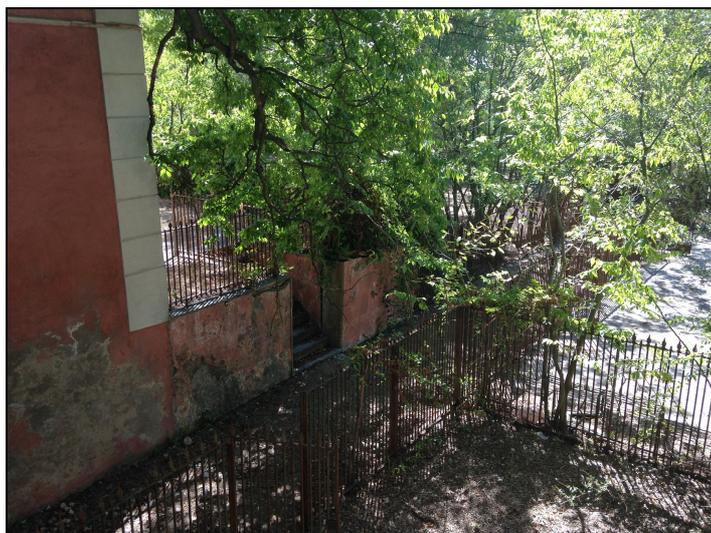


Figura 1 - Pormenor da área expositiva esquerda, com o gradeamento e a escada de acesso ao mezanino. Foto: José Pais, 2016.

Apesar do gradeamento apresentar processos de corrosão em praticamente todas as suas estruturas, causado pela exposição às variações climáticas, intensificada por estarem em um ambiente externo, de um modo geral, apresenta um estado de conservação razoável, com exceção dos elementos que compõem os portões. A coloração avermelhada, presente nas estruturas de ferro da *Ménagerie*, é resultado da

oxidação deste elemento. Entretanto, em um pequeno trecho, podemos identificar uma pintura esverdeada, talvez resquícios da coloração de uma pintura original.

Torreões

Os torreões constituem a estrutura arquitetônica mais representativa da *Ménagerie*, existindo seis unidades distribuídas de modo simétrico nas duas extremidades da mesma. Os torreões exibem dois padrões arquitetônicos distintos, certamente relacionados à funcionalidade que apresentavam na época de sua concepção. Os quatro torreões instalados nos recintos certamente serviam de abrigo aos animais. No entanto, os dois torreões que delimitam o mezanino, ao fundo da *Ménagerie*, possivelmente teriam outra finalidade, uma vez que se encontram em uma área restrita à circulação de pessoas. Esta questão, ainda em aberto, poderia ser esclarecida com a realização de prospecções arqueológicas. Estes dois torreões encontram-se em avançado estado de degradação, principalmente o torreão esquerdo, cujo telhado colapsou (Figura 2).



Figura 2 - Torreão esquerdo do mezanino. Foto: José Pais, 2016.

Um dos torreões localizado na área expositiva da esquerda apresenta um tanque escavado de alvenaria, possivelmente um bebedouro para os animais. Próximo aos

recintos da direita encontramos duas estruturas em pedra que aparentam ser comedouros (Figura 3).



Figura 3 - Possíveis tanque d'água e comedouros para os animais. Foto: José Pais, 2016.

O grande pátio central, localizado entre as duas áreas expositivas e à frente do mezanino, é a área onde se observa a maior parte das intervenções realizadas na *Ménagerie*, seja por acréscimos de edificações, evidenciado pelo uso de novos materiais, seja por reduções. Carreiras (2001, p.106) cita a existência de um aviário que foi demolido para a construção de uma quadra de tênis durante o reinado de Carlos I. Esta quadra estaria localizada, possivelmente, onde hoje existem resquícios de revestimentos de concreto.

Em uma rara fotografia da *Ménagerie* das Necessidades, publicada em 1904 na *Ilustração Portuguesa*, aparece um pavilhão ricamente ornamentado utilizado como abrigo para animais (CHAVES, 1904, p.754). Este pavilhão, não mais existente, estava localizado no grande pátio central.

No centro deste pátio encontramos, hoje, a maior edificação da *Ménagerie*. Este prédio, pelos detalhes estruturais que apresenta, é visivelmente uma construção mais recente. Este fato pode ser corroborado pela planta topográfica de Lisboa, executada por Pinto em 1911, que evidencia, no pátio central, uma estrutura edificada que não se assemelha à atual construção, sendo, provavelmente o esquema do pavilhão ornado, anteriormente citado.

Considerações Finais

A carência de dados sobre as estruturas existentes na Tapada das Necessidades é um fato, a ponto de Cristina Castelo-Branco (2001 *apud* CARREIRAS, 2015, p.25) afirmar, por exemplo, que a Casa do Fresco, uma das edificações da Tapada recentemente

restaurada, ter chegado “até hoje, [e] sobre a qual não foi encontrada qualquer documentação”. Do mesmo modo, durante a realização desta pesquisa, não encontrou-se documentos que descrevem, de modo detalhado, a *Ménagerie*. As referências, quando citadas, e vale ressaltar que são extremamente escassas, se referem a este espaço tão somente como uma curiosidade e por seu caráter exótico. Uma lacuna ainda maior diz respeito à coleção zoológica que seria mantida nesta área.

Esta ausência de informação sobre a *Ménagerie* se estende às instituições públicas responsáveis pela conservação e manutenção do patrimônio, em Portugal. O Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico (SIPA), site oficial da Direção Geral do Patrimônio Cultural, em sua página referente à Tapada das Necessidades, identificada pelo IPA (Inventário do Patrimônio Arquitetônico) 00023154, em nenhum momento, ao dissertar sobre os elementos estruturais encontrados na tapada, descreve ou mesmo cita a *Ménagerie*, (ESTADÃO, 2007).

As *ménageries* constituíam, entre os séculos XVII e XIX, um importante espaço simbólico de representação de poder, não só entre as metrópoles e suas colônias, mas também entre os homens e os animais, além de atuarem como espaços representativos do refinamento real perante os demais governantes.

A ausência de descrição sobre a *Ménagerie* das Necessidades, e mais grave que isso, a total supressão de sua existência pelos órgãos responsáveis pela proteção dos monumentos é, a meu ver, lamentável. Esta *Ménagerie* é um monumento de valor histórico ímpar para o estudo das coleções zoológicas vivas mantidas pela realeza por ser a última estrutura desta natureza, concebida para um palácio real no século XIX, não só em Portugal, mas no mundo, que ainda se mantém edificada.

Este trabalho teve como objetivo realizar um levantamento preliminar do estado de conservação da *Ménagerie* das Necessidades, subsídio imprescindível para a elaboração futura de um projeto de requalificação para esta área. Contudo, muito ainda precisa ser pesquisado para entendermos a concepção deste espaço e as alterações sofridas ao longo do tempo pelos acréscimos e reduções. Desta forma, qualquer projeto de requalificação proposto para a área da *Ménagerie* só poderá ser executado após a realização de um minucioso levantamento deste espaço, sendo as prospecções arqueológicas imprescindíveis para se detectar vestígios que possam elucidar o seu funcionamento.

Referências

CARREIRAS, João Albuquerque. História de um jardim esquecido. *Espacio, tiempo y forma*. Serie VII, n.14, UNED, 2001.

CHAVES, José Joubert (Ed.). *Ilustração Portugeza*. Ano 1, n.48, 1904.

ESTADÃO, Luísa. Tapada das Necessidades. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, 2007. Disponível em:

<http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23154>. Acesso em: 20 set. 2018.

FERRAZ, Maria do Socorro. Missões religiosas no médio São Francisco: Uma abordagem histórica. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 335-340, 1994/1995.

PAIS, José Alberto. *Das pobres colônias ricas à rica metrópole pobre: A formação das coleções zoológicas vivas reais em Portugal durante o século XVIII*. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2018.

PAIS, José Alberto. *Jardim Zoológico: Desafios para a aplicação do conceito de Museu aos espaços de exposição de organismos vivos*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, Júlio António Vieira da Silva. *Planta topográfica da cidade de Lisboa*: 8 F, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/040, Câmara Municipal de Lisboa, 1911.

MAMBUCABA E TOMBAMENTO: reflexões sobre os efeitos da prática preservacionista na cultura material arqueológica

Reykel Diniz de Araujo*

Introdução

A Vila Histórica de Mambucaba é um bairro a beira mar, situado nos limites entre os municípios de Paraty e Angra dos Reis (sendo seu quarto distrito), no Rio de Janeiro. A vila corresponde a um conjunto arquitetônico e paisagístico inscrito no livro de tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico desde 1969 – sob os efeitos do Decreto-Lei nº25/37, a lei de tombamento – e também está contemplada na área do Parque Nacional da Serra da Bocaina, tangenciando os limites do parque e correspondendo a uma área de proteção ambiental (terrestre e marinha). O perímetro identificado como importante para ser protegido e conservado no tombamento da vila, corresponde ao final da primeira metade e ao início da segunda metade do século XIX, representando um período de crescimento econômico na região, seguido por uma ruptura deste quadro social, diante de processos históricos que provocaram mudanças em todo o sul-fluminense (Mendes, 1970; Vasconcellos, 2002, 2013; Di Salvo, 2009; Pinheiro, 2010). Nesta época, o local antes conhecido como Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, era um importante porto exportador de café e importador de pessoas escravizadas, possuindo como principais atividades econômicas a exportação de produtos, o plantio de café, açúcar e subsistência, a produção de água ardente e o mercado de escravizados (fornecendo força de trabalho às grandes fazendas do Vale do Paraíba). Esta narrativa trás algumas observações e reflexões que surgiram a partir de pesquisa realizada para minha monografia, do curso de graduação em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

* Graduando em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a orientação da professora e arqueóloga Camilla Agostini.

O termo patrimônio conforme Funari (2015)¹ significa “o que vem dos pais”, sendo que o sentido do termo na língua portuguesa está ligado à transmissão de bens materiais através das gerações. O conceito de patrimônio cultural está relacionado à identidade nacional, uma vez que este é também uma forma de expressão social, é o reflexo material ou imaterial de memórias, saberes e práticas de uma população com uma identidade coletiva própria. Estas características nos levam a ideia de que o patrimônio é uma espécie de herança cultural, de identidade e memória, uma continuidade entre passado e presente que remete a significados culturais expressivos e que devem ser protegidos e preservados para as gerações futuras.

A definição legal do que é considerado patrimônio cultural/arqueológico pelo Estado, é definida por pessoas ou grupos com concepções e ideologias próprias. O que é entendido por patrimônio pela sociedade civil e pela academia são perspectivas dispares entre si e entre a visão do próprio Estado. O conceito de patrimônio então é plural e mutável, mudando de acordo com as necessidades e problemas que a sociedade dá para tal conceito. O termo além de carregar significados patriarcais trata a cultura como “bem privado da sociedade”, que é tutelado pelo Estado. A ideia de patrimonialização da cultura parte do pressuposto que traços referenciais da cultura nacional devem ser protegidos e preservados, já que são elementos fundamentais para a construção da identidade nacional, sendo marcos a serem protegidos valorizando suas memórias, paisagens e tradições. A partir disto, o Estado Novo nacionalista de Vargas – foi responsável pela primeira intervenção jurídica de proteção e tutela quanto ao patrimônio cultural brasileiro – patrimonializa estes referenciais materiais (no período não contemplava o patrimônio imaterial), que corresponde ao patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico e paisagístico. Neste tipo de prática preservacionista, seu maior traço de ação é a premência da proteção e conservação das características físicas do bem tombado e do marco valorizado como inestimável para a construção da identidade nacional.

Nesta pesquisa, busco investigar a operacionalidade do instrumento do tombamento e se o marco temporal identificado nesta ação preservacionista é reconhecido e valorizado pela comunidade local de Mambucaba, como traço referencial de sua identidade cultural. Escolhi três objetos de estudo para o caso de Mambucaba: Uma casa de 1840, que no passado possuía a função armazém, lar de Lucy e Paulo; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, recém reformada através de esforços dos

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GpqPcuUE59M>> . Acesso em: 07 abr. 2019.

próprios moradores; e a ruína de um antigo sobrado na Rua do Comércio, próximo a praia e bem degradado.

Referenciais teóricos

A partir do leque de enfoques que surge com a pós-modernidade dentro do pensamento arqueológico, irei abordar conceitos e campos de saber que contemplem o patrimônio arqueológico e o tombamento. Conforme Bezerra (2003: 273) diante da crescente destruição do patrimônio arqueológico, registrada ao redor do mundo, a apresentação e o diálogo entre a Arqueologia com o público deixa de ser importante e passa a ser necessária. Abordagens apresentadas no âmbito da Arqueologia Pública são crescentes e possibilitam um diálogo mais próximo com a sociedade civil e com as pessoas próximas a intervenções arqueológicas. A mesma autora afirma que um dos principais fatores deste quadro é a relação distorcida do público com o patrimônio arqueológico (2003: 276). Mapear a agência do patrimônio arqueológico sobre a vida cotidiana das pessoas ao seu redor, e as concepções que a sociedade possui sobre o que é patrimônio, arqueologia e cultura, são prementes na medida em que o patrimônio arqueológico é o objeto de estudo do arqueólogo e é o mediador entre vestígios e evidências com memórias e identidades. Assim, são essenciais:

[...] pesquisas de campo nas comunidades locais, visando à compreensão das relações entre as pessoas, as coisas do passado e as paisagens. Qualquer ação de intervenção, como a Educação Patrimonial, demanda o mapeamento das percepções nativas sobre o que denominamos "patrimônio". (BEZERRA, 2012, p. 110)

Concordo com a autora ao afirmar que,

[...] as aproximações entre arqueólogos e comunidades locais em que os sítios arqueológicos estão inseridos, bem como o reconhecimento de seus saberes e conhecimentos, devem ser considerados durante as várias etapas que constituem a pesquisa arqueológica, [...] a valorização do patrimônio cultural não é algo imanente da coisa em si e por si mesma: constar na lei não tem sido suficiente para se conferir valor ao patrimônio arqueológico. (BEZERRA, 2012, p. 132)

Partindo do entendimento que paisagens são espaços construídos e que nos constroem a partir de nossas práticas, emoções e narrativas (Pellini, 2014: 137), abordagens que não tratem a paisagem como pano de fundo da humanidade são essenciais para compreender como nós interagimos com a paisagem, a modificando, e sendo influenciados por ela. A paisagem é fenômeno cultural, e, enquanto tal, é dinâmica e se

transforma ao longo do tempo (Bezerra, 2012: 119), contemplando uma variedade de elementos de diversas naturezas, que a constitui. O patrimônio arqueológico (principalmente sob superfície) é um destes elementos que formam a paisagem, e estes elementos estão presentes em nossas memórias. Assim, o patrimônio arqueológico carrega intrínseco a ele, múltiplos significados, múltiplas memórias, e cada um estão ligados a um referencial temporal diferente, que poderá estar presente na cultura material, ou poderá ter se perdido com as ações do tempo.

Abordagens que partam da dicotomia natureza/cultura são problemáticas por uma série de questões – primeiramente por construir uma divisão destituída de sentido, compreendendo que a cultura faz parte da natureza humana, e o *sapiens* é uma espécie que faz parte da ecologia natural do mundo – não podemos tratar nossa relação com a materialidade, as paisagens e os sentidos de maneira simplista. Concordo com Bezerra ao afirmar que, “[...] a cultura material e a paisagem não devem ser consideradas como processos mecânicos, transmitindo apenas mensagens sociais, mas sim como construção; e seus significados são compartilhados por agentes sociais” (2012: 121).

Bezerra (2018: 53) ainda chama a atenção para o fato em que o patrimônio arqueológico sob superfície é uma moldura do passado enganchado no presente, e este por vezes não recebe a devida atenção dos pesquisadores por representar a “impureza das coisas tocadas pelo presente e maculadas pelo seu impulso de se emaranhar com a vida cotidiana”. A superfície sem controle estratigráfico é o “lugar do caos”. Ocorrências de artefatos arqueológicos que emergem do solo, ou objetos materiais desta natureza que sejam marcos imóveis da paisagem, são elementos que fazem parte das práticas e memórias cotidianas. Através da vivência e experiência com esta materialidade, como apontado pela autora em seus trabalhos em sítios amazônicos, as pessoas criam narrativas próprias e relações íntimas com os objetos. Estas perspectivas contemporâneas e que dialogam com objetos pretéritos, estão quase que invisíveis no registro arqueológico sob superfície, e representam questões de extrema complexidade para a gestão do patrimônio cultural.

O patrimônio arqueológico, nessa perspectiva, além de ser uma referência do passado, é uma referência do presente, por que é no presente que são estabelecidas relações entre os indivíduos e o patrimônio; é no presente que os interesses de grupos sociais distintos elegem o patrimônio e é no presente que os órgãos públicos decidem o que é patrimônio público. (BEZERRA, 2003, p. 281)

Abordagens que partem de práticas colaborativas, dando ênfase a noção de complementaridade de saberes, construída a partir de ações de respeito mútuo entre pesquisador e comunidade (Mageste, et al., 2017: 20), são um caminho que permite além de mapear as relações sociais e agências entre o público e o arqueológico, também integrar as pessoas com a prática da pesquisa, com reflexões teóricas, e com a construção de narrativas. Bezerra aponta que:

[...] no caso de comunidades locais onde não exista uma relação contínua, isto é, de ancestralidade com os povos construtores dos sítios arqueológicos, é possível legitimar outras centralidades do patrimônio, como a que se realiza através da dimensão afetiva com a terra, que o lugar de pertença evoca nas pessoas (BEZERRA, 2003, p. 122).

Isto só é possível através de práticas colaborativas, já que segundo a mesma (2017: 45) construções nativas não têm uma natureza relacional com a ciência, com a arqueologia, mas com a vida vivida das pessoas. Então, a aproximação e colaboração com as comunidades locais na prática arqueológica e construção de discursos e narrativas é fundamental, tanto por questões epistemológicas como éticas.

É necessário colocar que a ideia de patrimonialização da cultura deve ser ligada a educação então o campo conhecido como Educação Patrimonial parece ser uma poderosa ferramenta na tentativa de fazer com que a produção de conhecimento arqueológico chegue às pessoas fora da academia.

[...] considerando esta um mecanismo chave na construção da relação entre a sociedade e o patrimônio, entendendo que a materialidade deve servir como um mediador educacional, e que o próprio conceito de cultura e de patrimônio arqueológico deve estar atrelado à educação mediante suas responsabilidades sociais e profissionais (BEZERRA, 2003; 2010)

A necessidade de um programa educacional vinculado ao instrumento do tombamento será investigada, entendendo que somente congelar no tempo um objeto material não seja uma medida suficiente para fazer com que aquela herança se conserve. Para que esta represente uma continuidade entre o passado e o presente, a comunidade deve estar informada, instrumentalizada e participante da prática arqueológica e da conservação por valorização e afetividade, desta herança arqueológica.

Arqueologia vista enquanto prática científica objetiva nada mais é que uma ferramenta de exclusão. Mesmo quando pretendemos abrir a disciplina e colocar outras vozes no processo de formação do conhecimento, esta relação se estabelece de maneira assimétrica, de cima para baixo. (PELLINI, 2014, p.8)

Referências metodológicas

Parainvestigar sobre as mudanças físicas dos elementos arqueológicos e da paisagem de Mambucaba – nas quase cinco décadas de tombamento da vila – o levantamento de fotos antigas e a conversa com moradores sobre as modificações, foram atividades chave para analisar as ações do tempo no patrimônio, e para desvendar os efeitos do acautelamento na vida das pessoas de Mambucaba. Para ampliar minhas fontes de investigação e possibilidades interpretativas, busquei investigar de perto as questões que envolvem o patrimônio tombado mambucabense utilizando princípios etnográficos de registro e uma atenção fenomenológica em campo. Para tanto, fui ao bairro diversas vezes entre maio e novembro de 2019 (ainda continuo indo, visto que a pesquisa ainda está em andamento), estive em contato constante com alguns moradores, acompanhei e registrei a paisagem mambucabense por diferentes estações do ano em vários momentos do dia.

Meus objetivos neste trabalho são analisar a operacionalidade do instrumento de salvaguarda – identificando as influências e as prerrogativas judiciais, assim como os efeitos e consequências do tombamento –, as modificações físicas dos objetos de estudo e da região tombada, assim como a agência do patrimônio arqueológico na vida das pessoas e se há necessidade de um programa educacional vinculado as ações do tombamento. Os procedimentos de pesquisa consistiram em conversas com moradores de Mambucaba, tanto por celular (através do aplicativo whatsapp) quanto por encontros casuais e ao acaso, ou encontros marcados e prolongados, com registro destes através de anotações em caderneta de campo; registro fotográfico e iconográfico da paisagem e dos elementos arqueológicos; participação de evento cultural-literário (FLIM 2019), fazendo seu registro audiovisual e através de anotações em caderno de campo, investigando a relação entre as pessoas e o patrimônio, e a representatividade desta herança cultural materializada na vida destas pessoas.

Discussões e reflexões sobre o caso de Mambucaba

As mudanças das características físicas dos elementos arqueológicos e da paisagem tombada em Mambucaba são visíveis. Alguns dos imóveis tombados não existem mais, a maioria foi descaracterizado e outros estão no estado de ruína. Algumas edificações ainda estão bem preservadas, principalmente em seu exterior, mas em casos raros também em seu interior. Quanto aos três objetos de estudo, é possível observar os

conflitos existentes entre os efeitos advindos do Decreto-Lei nº25/37 e os interesses da população local.

A igreja, por alguns anos, permaneceu em péssimo estado de conservação. A pintura estava descascando e sem vida e o telhado – com goteiras – ameaçava cair sobre os fiés, sendo esta interditada em determinado momento por falta de segurança. A própria comunidade, sem auxílio das eclesiástico ou governamental, se uniu para angariar fundos e fazer mutirões para restaurar e reformar a igreja. A casa de Lucy e Paulo é um exemplo vivo de que parte da comunidade se importa com o patrimônio, ambos não medem esforços para conservar-la. Construída em 1840, a casa ainda possui colunas e vigas originais, tijolos maciços, telhas originais e piso em pé de moleque na varanda interna e no calçamento frontal. Diante de problemas estruturais, Paulo construiu uma estrutura de eucalipto no interior da casa, para sustentar o telhado que estaria em risco de desabamento e ainda afundando as paredes da casa. A estrutura é notória principalmente pelos cuidados tomados para não descaracterizar a casa, evitando intervenções agressivas. A casa ainda funciona como uma pequena biblioteca e possui algumas intervenções nas paredes, onde Paulo aplicou uma argamassa feita de barro e conchas para concertar os buracos e pedaços caindo. O terceiro objeto, a ruína – ou antigo sobrado – está bem descaracterizada e danificada. Segundo moradores, quando a Vila foi tombada o sobrado ainda estava de pé (também observado em fotos), com teto, pintura, paredes, portas e janelas, mobília, lustres e outros objetos ali deixados. Segundo Cagério², a edificação entrou em colapso em 1992, e a comunidade luta há 32 anos para transformar a sua área em um espaço cultural e produtivo, sem resposta positiva do estado ou qualquer órgão de gestão. Ao mesmo tempo em que podemos ver uma sensibilização e mobilização de parte da comunidade com espaço, há também uma parcela que não possui grande afeiçoamento pela estrutura. Cagério conta também que a própria comunidade no ruir do sobrado, passou a saquear o imóvel, levando objetos do seu interior como espelhos, louças, onde recentemente foi furtada uma das portas que ainda estaria fixa à ruína.

Nas palavras de Lucy, o nome de “tombamento” foi levado muito a sério, já que quando se aplica o instrumento, os moradores tem dificuldade de preservar os imóveis ou bens tombados e estes são esquecidos pelo Estado, então com o tempo tombam de fato. Há com certeza uma incongruência de interesses entre os moradores da vila, mas há também certa movimentação em prol do patrimônio e da cultura, e grandes esforços são

³ Carlos Rogério de Souza, conhecido como “Cagério”, professor, principal organizador da FLIM e antigo morador de Mambucaba com quem mantenho diálogo.

feitos, onde é visível o afeto com a materialidade principalmente quanto aos moradores mais antigos, e claro, as memórias que ela evoca. Podemos enxergar isto no calendário cultural da Vila, movimentando diversificadas atividades além da FLIM, como a Mambuarte e a Festa do Peixe. É curioso que a própria rigidez do tombamento é de certa forma responsável pela degradação do patrimônio, no que diz respeito a bens arquitetônicos. Uma revisão do Decreto-Lei nº25/37 é necessária, frente às novas práticas de preservação e visões sobre o patrimônio cultural, e diante das problemáticas verificadas e discutidas no decorrer dos anos em que a lei está vigente. Entender a relação da comunidade, os diferentes significados atribuídos ao patrimônio, e as diversas temporalidades e referenciais é imprescindível, se realmente desejamos valorizar o passado e passar esta herança cultural para as próximas gerações.

O que ainda está preservado em Mambucabasão traços referentes ao período de apogeu econômico da antiga freguesia, quando ainda funcionava como importante porto, referenciais ligados a história da elite local. Não há marcos que contenham memórias da vida em Mambucaba antes da explosão do café do Paraíba, ou sobre os nativos, africanos, caiçaras e tropeiros que ali viveram. O tombamento valoriza um marco específico e tenta congelar o patrimônio no tempo, obscurecendo uma série de outros referenciais históricos e culturais presentes na materialidade, representantes de sujeitos que são elementos fundamentais dos processos históricos e do desenvolvimento de Mambucaba. Se não fosse pela participação destes sujeitos nos processos históricos locais, a freguesia nunca chegaria a seu “apogeu” e tal marco valorizado nunca chegaria a existir. Além de invisibilizar personagens da história de Mambucaba, a figura do tombamento não constrói uma dialética com os moradores locais, se estabelecendo em uma relação assimétrica entre a lei (autoritária) e a população (que obedece se tem juízo). Ações de preservação da cultura devem ser executadas com as pessoas, para as pessoas. Afinal, estamos preservando uma herança da sociedade, no presente para futuro, uma herança que representa cultura, tradição, memória e identidade.

Referencias bibliográficas

BEZERRA, M.; MORAES, I. P. *Na Beira da Faixa: um estudo de caso sobre o patrimônio arqueológico, as mulheres e as paisagens na Transamazônica*. In: SCHAAN (org.). *Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada: pesquisando ao longodas Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá*, Belém: GK Noronha, 2012. p.109-134.

BEZERRA, M.. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, p. 275-296, 2003.

BEZERRA, M. 2018. O Machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na amazônia. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, p. 51-58, 2019.

BEZERRA, M. *Teto e Afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha, v. 1, p.108, 2017.

DI SALVO, A.A. *Redescoberta do patrimônio da Vila Histórica de Mambucaba*. Dissertação (Mestrado profissional), IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.

MAGESTE, P. *et al. Território da Serra da Capivara: conexões e sentidos do patrimônio cultural*. Teresina: IPHAN, 2017.

MENDES, Alípio. *Ouro, incenso e mirra: narrativas históricas sobre Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, ed.2, p.364, 2009.

PELLINI, J. R. Paisagens: práticas, memórias e narrativas. *Habitus*, Goiânia, v. 12, n.1, p. 125-142, jan./jun. 2014.

PINHEIRO, F. C. *A relação histórica da região de Mambucaba/RJ com a energia elétrica no Brasil*. Batatais, 2010.

VASCONCELLOS, M. C. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação: Mambucaba, Angra dos Reis século XIX. *Afro-Ásia*, p. 147-178, 2002.

VASCONCELLOS, M. C. *Uma reflexão sobre a demografia de livre e escravos no litoral sul-fluminense: Angra dos Reis, século XIX*. *Recôncavo - Revista de História da UNIABEU*, v.3, n. 5, 2013.

ENTRE O SALÃO VAZIO E A HISTÓRIA DA COLÔNIA: uma reflexão sobre a exposição “Oreretama” do Museu Histórico Nacional

Gusthavo Gonçalves Roxo^{*}

Alejandra Saladino^{**}

Introdução

No presente texto, expomos alguns dos resultados do projeto de pesquisa “Conceitos e imagens sobre Arqueologia e Patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação”, desenvolvido no Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e vinculado ao Grupo de “Pesquisa Memória e Preservação da Museologia no Brasil,” coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá. Desejamos refletir sobre o potencial da exposição “Oreretama”, do Museu Histórico Nacional (MHN) comunicar as especificidades da Arqueologia – enquanto disciplina científica que estuda os processos históricos, cognitivos e comportamentais das sociedades humanas a partir da cultura material – e do patrimônio arqueológico. Seguindo o tema da Semana de Museus deste ano escolhido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que propõe pensar sobre o futuro das novas tradições, também contemplamos o significado de iniciar o principal circuito expositivo do MHN com o passado pré-colonial embasado no discurso arqueológico.

Cabe ressaltar que alicerçamos nossas reflexões sobre a ideia de que as exposições museológicas, como recursos comunicativos, são importantes estratégias para a divulgação e socialização do conhecimento científico e para a preservação do patrimônio

^{*} Poeta e bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

^{**} Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mestre em Arqueologia e doutora em Ciências Sociais.

arqueológico. Expomos parte dos resultados da pesquisa, ressaltando os dados sobre as associações que os visitantes fazem em relação à Arqueologia e ao patrimônio arqueológico. Assim, consideramos as possíveis correspondências que poderiam ser utilizadas na decodificação do discurso científico com vistas a difundir a importância da preservação do patrimônio arqueológico.

Referenciais teórico e metodológico

O enquadramento teórico de nosso estudo privilegia as referências que podem ser agrupadas em uma área de interseção entre Arqueologia e Museologia. Em outras palavras, a fundamentação teórica de nossas reflexões se encontra em reflexões, de ambos os campos, cujos princípios sinalizam os museus como espaços estratégicos para a administração das memórias e dos patrimônios, para a legitimação de narrativas e, ainda, a função comunicacional como uma estratégia de socialização do patrimônio arqueológico. Concretamente, encontramos base teórica em estudos alinhados e/ou inspirados na Museologia Social e na Arqueologia Pública.

Dentre os recursos metodológicos utilizados, destacamos a observação assistemática e a aplicação de questionários. Este instrumento contém 10 campos de preenchimento, com questões abertas e fechadas. Cabe ressaltar que a avaliação da aplicação do questionário na primeira etapa da pesquisa resultou na alteração de alguns campos, com vistas a tornar essa ferramenta mais acorde à realidade estudada e, portanto, mais eficaz. Foram mais de 15 visitas para aplicação dos questionários no MHN.

Todavia, é importante sublinhar a proficuidade de combinar esse procedimento com a observação assistemática, ou seja, sem utilizar meios técnicos específicos e, portanto, sem planejar e/ou controlar (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 79). A observação da reação do público (nas perguntas à/o responsável pela mediação, nos gestos e outros sinais corporais) permitiu pôr em perspectiva os dados levantados por meio dos questionários e, portanto, coincidimos com Zapatero (2012, p. 62), para quem a “observação anônima do que dizem e fazem os visitantes permite capturar mais genuinamente o que realmente pensam, sem a preocupação de parecerem mais “cultos” ou “politicamente corretos”.

O público-alvo foi definido de acordo com a experiência da visita (público espontâneo e público mediado) e restrito à faixa etária adulta (maiores de 18 anos), com vistas a contornar as dificuldades impostas à pesquisa sobre o público infante-juvenil, sintetizadas

na obrigatoriedade de obter autorização dos respectivos responsáveis para uso dos dados levantados e decorrente publicização.

Resultados e discussões

Consideramos que a amostra construída por meio dos questionários é reduzida. Ainda assim, é possível apresentar um quadro geral sobre o visitante de “Oreretama”. De acordo com os dados sobre o público espontâneo indicam uma predominância masculina. Entretanto, foi registrada a frequência na seguinte ocorrência: mulheres acompanhadas de crianças não se dispunham a responder o questionário pois terminavam a visita em busca de banheiros para levá-las.

As questões referentes ao significado e à importância da Arqueologia eram sempre respondidas de forma afirmativa, isto é, havia uma concordância geral na importância da mesma, mas muitas pessoas, mesmo aquelas que haviam passado pela mediação, não conseguiam especificá-la, ou seja, titubeavam ao responder à questão correspondente. A análise dos dados sugere que o público do MHN réplica a ideia de que a Arqueologia está relacionada à materialidade do passado, pois foram muitas as ocorrências de sua associação com os termos “objetos”, “passado” e “antiguidade”. Pouco mais de 50% das/dos visitantes espontâneas/os reconheceram a importância da Arqueologia para o conhecimento de nossa história, passado e raízes.

Motivados a compreender a dificuldade de ampliar nossa amostra (pois nem ampliando o campo para os fins de semana ela aumentava substancialmente) e interrogando sobre se a dificuldade estaria relacionada à destinação da pesquisa ao público adulto, solicitamos ao setor responsável dados sobre a visitação do MHN, correspondente ao período 2017-2019. Entretanto, não obtivemos dados consistentes, pois não há informações institucionais sobre a faixa etária das/dos visitantes espontâneas/os, tampouco das/dos mediadas/os.

A observação assistemática e a análise dos dados levantados por meio do questionário sugere a dificuldade das/os visitantes de lembrarem da Arqueologia, apresentada no início da exposição. Ao final do percurso, a/o visitante além de cansada/o, já não lembra muito do começo. De acordo com os dados analisados, reconhecemos evidências do quadro nominado pela arqueóloga Maria Cristina de Oliveira Bruno como *estratigrafia do abandono* (2005), onde apesar do potencial e da riqueza das narrativas arqueológicas para a compreensão da identidade e da trajetória ao longo do tempo, a Arqueologia

segue em segundo plano tanto na escola quanto no espaço museal. Cabe ressaltar que o MHN abre sua exposição de longa duração com as seguintes palavras:

... Um Museu de história no século XXI não pode apresentar a História apenas de forma contemplativa, vista como uma sucessão de evento dos quais nos damos conta passivamente. Assim, esperamos que o público se sinta convidado à reflexão crítica sobre o passado, possibilitando a construção conjunta do conhecimento histórico.

Apesar desse discurso, coincidindo com Bruno (2005), percebemos a ausência de um olhar interpretativo, capaz de identificar e revelar as vivências de sociedades pré-coloniais para concreta e efetivamente colaborar para compreender o processo de construção da identidade nacional. Uma vez que não está claramente posto o papel da Arqueologia e do arqueólogo/a na sociedade contemporânea, há o risco de permanência de imagens recorrentes no senso comum no imaginário do visitante, como sugerem os dados levantados nos questionários, onde foi frequente a associação de múmias, tesouros e, por vezes dinossauros aos termos “Arqueologia” e “patrimônio arqueológico”.

Coincidimos com as arqueólogas María Ángeles Querol e Alicia Castillo Mena, ao ressaltarem que “o verdadeiramente importante do passado é o presente, está no presente e na forma como é usado o passado para conhecer e compreender o presente” (QUEROL; CASTILLO MENA, 2002). E, por isso, consideramos, à luz dos dados levantados, que a Arqueologia e o patrimônio arqueológico seriam mais facilmente compreendidos e relacionáveis às memórias e identidades da sociedade brasileira sem solução de continuidade entre o passado (mais ou menos remoto, ou seja, materializado em bens arqueológicos pré-coloniais e históricos), por meio de uma linguagem acessível ao público leigo (demandando um processo de decodificação do discurso científico) e de uma narrativa que possibilitasse o questionamento e o diálogo. A pura contemplação do discurso científico (por vezes hermético) e de peças de um passado longínquo parece não bastar ao público do presente. Compreendemos que o museu, apesar das dificuldades e limitações, precisa cumprir seu papel de comunicar, não apenas mostrar um fragmento de artefato, afinal, todo objeto musealizado se torna um objeto semióforo, valorizado por seus significados, representando o que não é visível, neste caso, sociedades e culturas anteriores a nossa.

Em síntese, reconhecemos o grande avanço que representa a inclusão de “Oreretama” no circuito expositivo de longa duração (inaugurada em maio de 2006) na tentativa de recompor a continuidade do tempo, dissolvida nas narrativas oficiais e no esforço de criar

um discurso multidisciplinar que apresenta a diversidade cultural pré-colonial. Cabe lembrar que esse movimento vai na contracorrente dos museus históricos dos países da América do Sul, que, insistindo na dicotomia entre natureza e cultura, excluem “o indígena” e sua cultura material da história nacional (LINDSKOUGH, 2019). Ressaltamos, outrossim, o imenso potencial contido na exposição para a reflexão sobre o presente e o futuro possível, desde que Arqueologia e patrimônio arqueológico possam ser trabalhados desde uma perspectiva crítica e dialógica.

Referências

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p.234-247, 2005.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LINDSKOUGH, Henrik B. Coleccionando naturaleza, creando cultura: construcción de la dicotomía naturaleza/cultura en museos. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, Bogotá, p.11-32, julio-septiembre de 2019.

QUEROL, María Ángeles; CASTILLO MENA, Alicia. *Entre homínidos y elefantes: un paseo por la remota Edad de Piedra*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional de Madrid, 2002.

ZAPATERO, G. R.. Presencia social de la Arqueología y percepción pública del pasado. GARCÍA, Carlos Ferrer; SÁNCHEZ, Jaime Vives-Fernández (Eds.). *Construcciones y usos del pasado: patrimonio arqueológico, territorio y museo*. Jornadas de Debate del Museu de Prehistòria de València. València: Museu de Prehistòria de València, 2012. p.31-73.

INTERFACES ENTRE A COMUNICAÇÃO EXPOSITIVA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Ranielle Menezes de Figueiredo*

Introdução

A palavra patrimônio agrega uma amplitude de significados, possuindo múltiplos olhares, às vezes contraditórios, à medida que a sociedade é complexa e heterogênea e os especialistas que lidam com o patrimônio também são diversos. Assim, é fundamental que em um processo de patrimonialização a sociedade faça parte desse movimento de seleção e nomeação do patrimônio, para que sinta-se representada. Dessa forma, é necessário observar como o processo de indicação de um patrimônio ocorre na sociedade e as suas múltiplas possibilidades.

A atribuição de valores ao patrimônio paleontológico e arqueológico é uma forma de reconhecimento e valorização pela sociedade, que através destas características consegue enxergar para além dos valores meramente econômicos. Durante muitos anos, os fósseis e os artefatos arqueológicos da região do Cariri foram estudados e analisados, levando em conta seu valor científico e dando ênfase maior ao seu valor econômico. No entanto, sua valorização dentro de instituições culturais, pode ampliar o olhar sobre estes bens, considerando que “[...] vão ser os valores atribuídos às coisas e lugares que vão dar um significado a tais coisas e lugares, em relação a outros, e que os transformam em ‘patrimônio’” (CASTRIOTA, 2004, p. 11).

* Museóloga; ranielle.m@gmail.com. Mestre em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/MAST).

Por isto, ao se pensar na conservação do patrimônio arqueológico e paleontológico é preciso ter em mente que o objetivo não pode ser apenas garantir a conservação desse bem material, e sim, reafirmar o valor que este patrimônio representa para a comunidade.

Para Loureiro, “[...] através de seus objetos, as exposições nos museus de ciência conferem materialidade e visibilidades dispersas no tempo e/ou no espaço e, portanto, naturalmente invisíveis” (2007, p. 9). Sendo assim, as exposições seriam meios estratégicos para a “[...] interpretação e divulgação de coleções, bem como de fenômenos, conceitos e objetos científicos em exposições museológicas”, adquirindo, assim, um papel fundamental.

Considerando as exposições como janelas do museu, “[...] janelas que mostram o resultado de tudo o que é feito por trás dos muros [...]” (SCHEINER, 1991, p. 109), que se comunicam e são geradoras de conhecimento, é importante perceber que, dependendo da maneira em que foram pensadas e elaboradas podem se transformar em “espelhos deformados” que distorcem as informações, que mostram as coisas não como elas são, mas como deveriam ser. Outras vezes, elas são “espelhos claros”, mas, mesmo assim, a sociedade não consegue percebê-las como tal.

A partir desta perspectiva, o trabalho em questão parte do desenvolvimento de uma análise do processo de comunicação utilizado por dois museus da região do Cariri, o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (MPPCN) e a Fundação Casa Grande-Memorial do Homem Kariri.

No que se refere aos métodos utilizados para realização da pesquisa, utilizou-se de técnicas documentais mediante o levantamento de informações em artigos científicos, documentos oficiais dos Museus (planos museológicos), site das instituições e trabalho de campo – sendo utilizado como instrumentos a observação e o registro fotográfico. Pela natureza exploratória da pesquisa, a sua classificação em relação ao meio de investigação que apresenta maior relação com as características do tema é o de estudo de caso. Gil (1991) reforça definindo que a maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias.

A escolha dos museus se deu devido o número de visitantes, sendo o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (MPPCN) e Fundação Casa Grande- Memorial do Homem Kariri, as duas instituições que possuem maior visitação. Para delimitar os assuntos abordados e os caminhos a serem seguidos foi confeccionado um roteiro. Os tópicos que compõem esse roteiro foram desenvolvidos para examinar as exposições partindo da observação do ponto de vista como visitante. Os tópicos avaliados foram

referentes à exposição (legendas dos objetos, painéis e textos, ambiente – cor e espaço, vitrines, disposição dos objetos, estética e organização).



Fotos 1 e 2 - Fachada do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (MPPCN); fachada do Memorial do Homem Kariri. Fotos: da autora, 2016

O Museu de Paleontologia da Plácido Cidade Nuvens (foto 1), foi criado no ano de 1985, com recursos da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri, sendo no ano de 1991, transferido, mediante contrato de comodato à Universidade Regional do Cariri – URCA, localizada na cidade do Crato, a 53 km de distância da cidade de Santana do Cariri, onde fica a sede do Museu. O Museu é um propulsor de pesquisas paleontologia e divulgação científica, recebendo pesquisadores do mundo inteiro. A sua gestão está intrinsecamente ligada à estrutura administrativa e acadêmica da URCA. A coordenação é formada por professores e ex-alunos e os setores educativos e de conservação contam principalmente com estudantes bolsistas de diversos cursos.

Já a Fundação Casa Grande- Memorial do Homem Kariri (foto 2) é uma organização cultural não governamental, criada no ano de 1992, por Alembert Quindis e Rosiane Limaverde com o objetivo de salvaguardar aspectos históricos e culturais da região do Cariri. Sendo a sua gestão cultural gerenciada por gestores culturais, tendo crianças e/ou jovens formado na Casa, sendo os responsáveis por todas as atividades desenvolvidas e pela sua manutenção.

Resultados e discussões

Independente do modelo adotado pelos museus, as exposições podem seguir diversos caminhos, que se guiam pela missão e pelos objetivos das instituições que os desejam

transmitir, podendo haver viés histórico, político, científico, filosófico etc. Desta forma, a partir das visitas de campo foi possível observar que no Museu de Paleontologia- MPPCN o espaço expositivo, foi elaborado a partir da disposição de uma série de fósseis, que encontram-se ou diretamente nas paredes e sobre pequenas bases feitas em madeiras e pintadas seguindo a cor das paredes, sendo algumas protegidas por vidros e outras com as peças simplesmente apoiadas sem proteção. A galeria inicia com as sedimentações fossilíferas dos achados locais (Bacia do Araripe), o percurso é orientado da direita para a esquerda, sendo a narrativa baseada no discurso científico, pretendendo mostrar uma síntese do mundo natural e sua evolução. Os fósseis são expostos nas paredes e não existem barreiras de segurança no chão, o visitante consegue aproximar-se bastante do acervo, o que acaba chamando muita atenção dos mesmos, pois é possível observá-los de uma distância mínima, o que permite perceber pequenas marcas e características únicas dos objetos.

As peças que estão dispostas no centro da sala e se encontram em vitrines fechadas, normalmente são fósseis únicos, e possuem grande valor científico. No entanto, esta informação passa despercebida, ficando o fato de receber proteção de vidro como o único indício de sua maior relevância. As únicas informações que encontramos no espaço são as legendas, localizadas dentro das vitrines, nas quais constam os nomes científicos dos espécimes. (ver fotos 3 e 4)



Fotos 3 e 4 - sala expositiva do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens; fósforo de libélula - Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens. Fotos: da autora, 2016

No Memorial Homem Kariri o espaço expositivo, foi elaborado a partir da disposição de uma série de artefatos arqueológicos, religioso e a divulgação da cultura dos índios Kariri, o acervo encontra-se disposto ou diretamente nas paredes e sobre pequenas bases feitas em madeiras, sendo as peças protegidas por vidros .



Fotos 5 e 6 - vitrines da sala expositiva no Memorial do Homem Kariri. Fotos: da autora, 2016

Uma das características mais marcantes no espaço expositivo foram as legendas que são confeccionadas pelos próprios jovens que estão envolvidos nos projetos da Fundação Casa Grande, utilizando-se de desenhos e lendas. Facilitando o entendimento e aproximando o visitante do cotidiano.

As duas instituições contam com a participação de jovens da comunidade no desenvolvimento dos trabalhos educativos, no Museu de Paleontologia, eles fazem parte da equipe educativa já no Memorial do Homem do Kariri a participação da comunidade é a essência da Fundação Casa Grande. Rosiane Mendonça coloca que a "comunidade através de suas crianças, pôde legitimar a herança do patrimônio arqueológico como guardiãs da memória local, construindo cidadania e dignificando suas próprias vidas" (2015, p.48).

Tratam-se de duas instituições que buscam preservar o patrimônio regional do Cariri, trabalhando com abordagens diferentes, o Museu de Paleontologia com um viés mais científico e o Memorial do Homem do Kariri possui um foco maior na comunidade e na salvaguarda do patrimônio por meio do reconhecimento e legitimação da população local.

Por fim, o que se percebe é que através da união entre ciência, educação e lazer os espaços musealizados são potencializadores de ações educativas, que preservam e guardam a memória local, mostrando-se fundamental no desenvolvimento de trabalhos que fortaleçam a relação e o reconhecimento dos bens arqueológicos e paleontológicos pelos habitantes da região do Cariri, e sua relação espacial na apropriação desse patrimônio pela comunidade.

O que se identificou é que normalmente os trabalhos desenvolvidos no campo da paleontologia priorizam pesquisas científicas, deixando de lado aspectos que envolvem a comunidade local. É importante tornar o assunto mais compreensível para os “não especialistas”, que constitui a maioria do público do Museu. Para tanto, existem técnicas expográficas já bem conhecidas que poderiam auxiliá-los nesta interpretação, como, por exemplo, a criação de dioramas e cenários representando as formas de vida e os ambientes de antigos períodos geológicos, o que permitiria uma leitura e um entendimento mais direto. Ao se elaborar um espaço para uma exposição é necessário adaptar com equilíbrio os conceitos científicos à compreensão da narrativa pelo público, relacionando os conceitos paleontológicos considerados imprescindíveis com formas de comunicação mais compreensíveis, de preferência utilizando abordagens lúdicas, sem que, com isso, perca a legitimidade e a precisão.

Já o patrimônio arqueológico vem sendo trabalhado a partir de uma Arqueologia Social Inclusiva, em que as crianças e jovens da Fundação Casa Grande são os verdadeiros protagonistas, encontrando nos princípios do educador Paulo Freire a base de seus conceitos educativos, onde “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 46). A natureza social e inclusiva do trabalho desenvolvido na Fundação Casa Grande, segundo Rosiane Mendonça:

(...) procura demonstrar que ao se fazer o inventário do repertório ideal, herança dos povos da Chapada do Araripe, a cultura de todos os tempos, passado, presente e futuro, intrinsecamente, empodera as crianças e jovens a que, com um novo olhar sobre si mesmas e o mundo, gerem suas próprias oportunidades de inclusão social e, com isso, dignifiquem a vida do povo do lugar (MENDONÇA, 2014, p. 48).

Conclusão

O que se percebe é a importância da formação de equipes multidisciplinares, dentro do quadro funcional das instituições, cujo domínio das especificidades científicas e técnicas, mostrem-se capazes de explorar todo o potencial do acervo. Seria interessante que as duas instituições pudesse apresentar, além das peças expostas, o processo humano que existe por trás de cada peça que é escavada, indo além dos valores e conhecimentos científicos, ampliando as possibilidades de percepção e estabelecendo um caráter de maior pertencimento com o público local. Espera-se que este trabalho seja um ponto de partida para o desenvolvimento de futuras ações e investigações sobre a comunicação expositiva de acervos arqueológicos e paleontológicos da Região do Cariri. Uma região de grande riqueza natural e cultural, deve continuar a ter foco no desenvolvimento de pesquisas nessa área científica, lembrando sempre que a comunidade local necessita ser considerada e incluída dentro dos projetos museológicos, da mesma forma que este deve contribuir para melhoria da qualidade de vida da região. A participação da comunidade é fundamental e apenas possível quando esta se reconhece no Museu e vê nele uma extensão e representação de sua própria cultura. Esses laços identitários que unem acervo à comunidade regional garantem a preservação desse patrimônio e a construção de um discurso comum que comunique de forma ampla a importância da Região do Cariri.

Referências

- CASTRIOTA, Leonardo Bassi. Patrimônio: conceito e perspectiva. In: BESSA, A. S. M. (coord.), *Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro*, Crea-MG, Belo Horizonte, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 42. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. *Divulgação científica em museus: as coleções e seu papel na linguagem expográfica*. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8197.pdf>> Acesso em: 04 set. 2019.
- MEMORIAL DO HOMEM KARIRI. *Plano Museológico*. Disponível em: <<https://blogfundacaocasagrande.files.wordpress.com/2018/09/plano-museolocc81gico-1-min.pdf>> Acesso em: 04 set. 2019.
- MENDONÇA, Rosiane Limaverde Vilar - Arqueologia social inclusiva : a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe. Coimbra : [s.n.], 2015. Tese de doutoramento. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/28110>>. Acesso em: 03 set. 2019.
- MUSEU DE PALEONTOLOGIA PLÁCIDO CIDADE NUVENS - URCA. *Plano Museológico*. Disponível em

<<http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/2019/PROEX/Planejamento-Estrategico-Museu-Paleontologia.pdf>> Acesso em: 04 set. 2019.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museums and exhibitions- appointments for a theory of feeling. 1991. In: SOFKA, Vinoš (org.). *The language of exhibitions. Le langage de L'exposition*. [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (6)]. Leiden [Netherlands]. October/octobre 1991. Coord. Vinoš Sofka. Suisse: ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. ICOFOM STUDY SERIES – ISS 6. 1984. Org. and edited by Vinoš Sofka. 160 p.

A URBANIZAÇÃO E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ILHA DE SANTA CATARINA, BRASIL

Jasiel Neves*

Introdução

A preservação do patrimônio arqueológico pode ser entendida como o conjunto de práticas e esforços no sentido de promover e assegurar às gerações futuras o direito de conhecer os remanescentes do passado de uma sociedade e de seu ambiente pretérito (LIMA, 2007, p.6).

O desenvolvimento das populações humanas formadas sob a influência de diferentes ambientes gera distintos tipos de culturas que, em conjunto, representam o patrimônio histórico e arqueológico de um povo. Segundo Mannoni & Giannichedda (2003, p.20), esse ciclo é estruturado e difundido como a cultura material de determinado grupo humano, que pode ser simplificada a partir do esquema: comportamento – manufatura – significado.

No contexto dos parágrafos supracitados, este trabalho analisa a relação entre a ocupação e do uso da terra, com ênfase na urbanização, e o patrimônio arqueológico existente da Ilha de Santa Catarina, localizada no município de Florianópolis, na região Sul do Brasil, dividido nos contextos pré-histórico e histórico e nas diferentes formas de cultura material como, por exemplo, sítios líticos, cerâmicos, conchíferos, rupestres e históricos.

Com base em Symanski (2014, p.34), pensamos que as análises da evolução do uso e da ocupação da terra no âmbito da preservação do patrimônio histórico e arqueológico

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGARq) do Museu Nacional. Quinta da Boa Vista, Bairro: São Cristóvão - Rio de Janeiro – RJ CEP: 20940-040; jasiel@ufrj.br. Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

congregam dois aspectos de concordância: a materialidade presente nos registros das atividades humanas e a dimensão diacrônica dos marcos temporais e cronológicos registrados pelas sociedades através de diferentes tipos de cultura criados ao longo do Tempo, embasando perspectivas legais, de proteção e de gestão do Patrimônio Arqueológico.

Referenciais teórico e metodológico

Este trabalho, tendo por base o mapeamento de sítios arqueológicos efetuado pelo LEIA (2016), buscou avaliar as formas de urbanização e sua influência ou proximidade dos sítios pré-históricos e históricos da Ilha de Santa Catarina a partir de uma classificação do tecido urbano em três níveis: contínuo, descontínuo e difuso, mapeados por Neves (2017), conforme a Figura 1 até a Figura 3 apresentadas a seguir.



Figura 1 – Classe representando urbanização difusa (bairro do Campeche).



Figura 2 – Classe representando urbanização descontínua (bairro Centro, próximo à Rua Mauro Ramos).



Figura 3 – Classe representando urbanização contínua (Bairro Centro).

Com base nesses três níveis de ocupação urbana ou rural, a intervenção sobre o patrimônio arqueológico foi dividida da seguinte maneira: Nível 1 – sítio arqueológico não ocupado; Nível 2 – sítio arqueológico em área de expansão de ocupação e Nível 3 – sítio arqueológico ocupado.

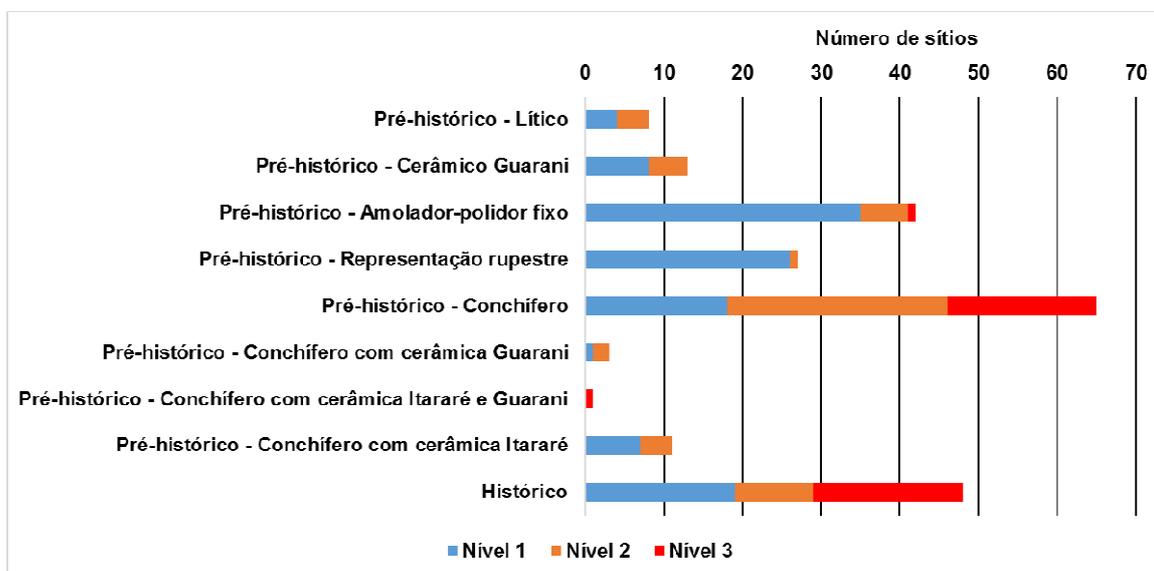
Resultados e discussões

O percentual do índice de ocupação dos sítios históricos e pré-históricos integrantes do patrimônio arqueológico da Ilha de Santa Catarina está detalhado na Tabela 1 e no Gráfico 1, apresentados abaixo.

Tabela 1 – Índice de urbanização dos sítios históricos e pré-históricos integrantes do patrimônio arqueológico da Ilha de Santa Catarina.

Tipo de sítio	Nível de urbanização			Número de sítios
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Histórico	19	10	19	48
Pré-histórico - Conchífero com cerâmica Itararé	7	4	0	11
Pré-histórico - Conchífero com cerâmica Itararé e Guarani	0	0	1	1
Pré-histórico - Conchífero com cerâmica Guarani	1	2	0	3
Pré-histórico - Conchífero	18	28	19	65
Pré-histórico - Representação rupestre	26	1	0	27
Pré-histórico - Amolador-polidor fixo	35	6	1	42
Pré-histórico - Cerâmico Guarani	8	5	0	13
Pré-histórico - Lítico	4	4	0	8

Tipo de sítio	Nível de urbanização			Total (%)
	Nível 1 (%)	Nível 2 (%)	Nível 3 (%)	
Histórico	39,58	20,83	39,58	100
Pré-histórico - Conchífero com cerâmica Itararé	63,64	36,36	0	100
Pré-histórico - Conchífero com cerâmica Itararé e Guarani	0	0	100	100
Pré-histórico - Conchífero com cerâmica Guarani	33,33	66,67	0	100
Pré-histórico - Conchífero	27,69	43,08	29,23	100
Pré-histórico - Representação rupestre	96,30	3,70	0	100
Pré-histórico - Amolador-polidor fixo	83,33	14,29	2,38	100
Pré-histórico - Cerâmico Guarani	61,54	38,46	0	100
Pré-histórico - Lítico	50	50	0	100

**Gráfico 1** – Níveis dos índices de ocupação dos sítios históricos e pré-históricos integrantes do patrimônio arqueológico da Ilha de Santa Catarina.

Em relação ao Patrimônio Arqueológico, à proteção e à conservação do mesmo, observamos que os sítios arqueológicos analisados que mais sofreram influência de atividades de ocupação com ausência de preservação patrimonial são aqueles que ocorrem em ambientes de planície costeira, tipo de relevo que ocupa 116,98km², ou 27,77% da área analisada (NEVES, 2017), sendo ainda esse tipo de terreno um dos

poucos locais da Ilha de Santa Catarina onde a urbanização é permitida e legalizada pelo Plano Diretor Participativo do município de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Os sítios tipo sambaqui, que representam o grupo mais numeroso do patrimônio analisado e ocorrem com ênfase em terrenos deposicionais das planícies costeiras, apresentam um índice de ocupação de 2,07 e apenas 19 deles, num total de 65 sítios, não possuem nenhum tipo de intervenção ou atividade relacionada à ocupação.

No Art. 163 do Plano Diretor Participativo do município de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2014) há uma menção à política de proteção da paisagem, que deverá ser desenvolvida em conjunto com setores responsáveis pelo patrimônio histórico, artístico e arqueológico. E no Art. 164 são definidas as Áreas Arqueológicas (APC-3), que consideram as áreas pré-históricas e históricas com caráter de preservação permanente e *non aedificandi*, ressalvadas as edificações necessárias aos serviços de guarda e conservação das evidências.

Alguns sítios mapeados pelo LEIA (2016) e avaliados nesse trabalho não estão inseridos em Áreas Arqueológicas (APC-3), de modo que o IPUF, em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) poderia avaliar qual desses sítios ainda possuem representatividade e condições de ser incorporados a essas áreas de proteção com base no seu estado de conservação.

A seguir são apresentadas as ocorrências espaciais do Patrimônio Arqueológico analisado em relação à área de estudo e às classes de ocupação conforme a classificação do tecido antropizado em três níveis urbanos: contínuo, descontínuo e difuso, mapeados por Neves (2017), apresentados a seguir na Figura 4 até a Figura 6. Pela análise efetuada, é possível perceber que os sítios arqueológicos, histórico e pré-históricos, estão alocados com maior percentual no nível de ocupação 1, refletindo certa efetividade em relação à preservação dos mesmos, embora existam sítios completamente degradados, ou mesmo, destruídos, conforme também verificado por Várzea (1985), Fossari (2004) e Oppitz (2011) para alguns locais da área de estudo, a partir de atividades das executadas no passado como por exemplo, as caieiras, e atualmente; como as aberturas de estradas e vias de acesso e a construção civil.

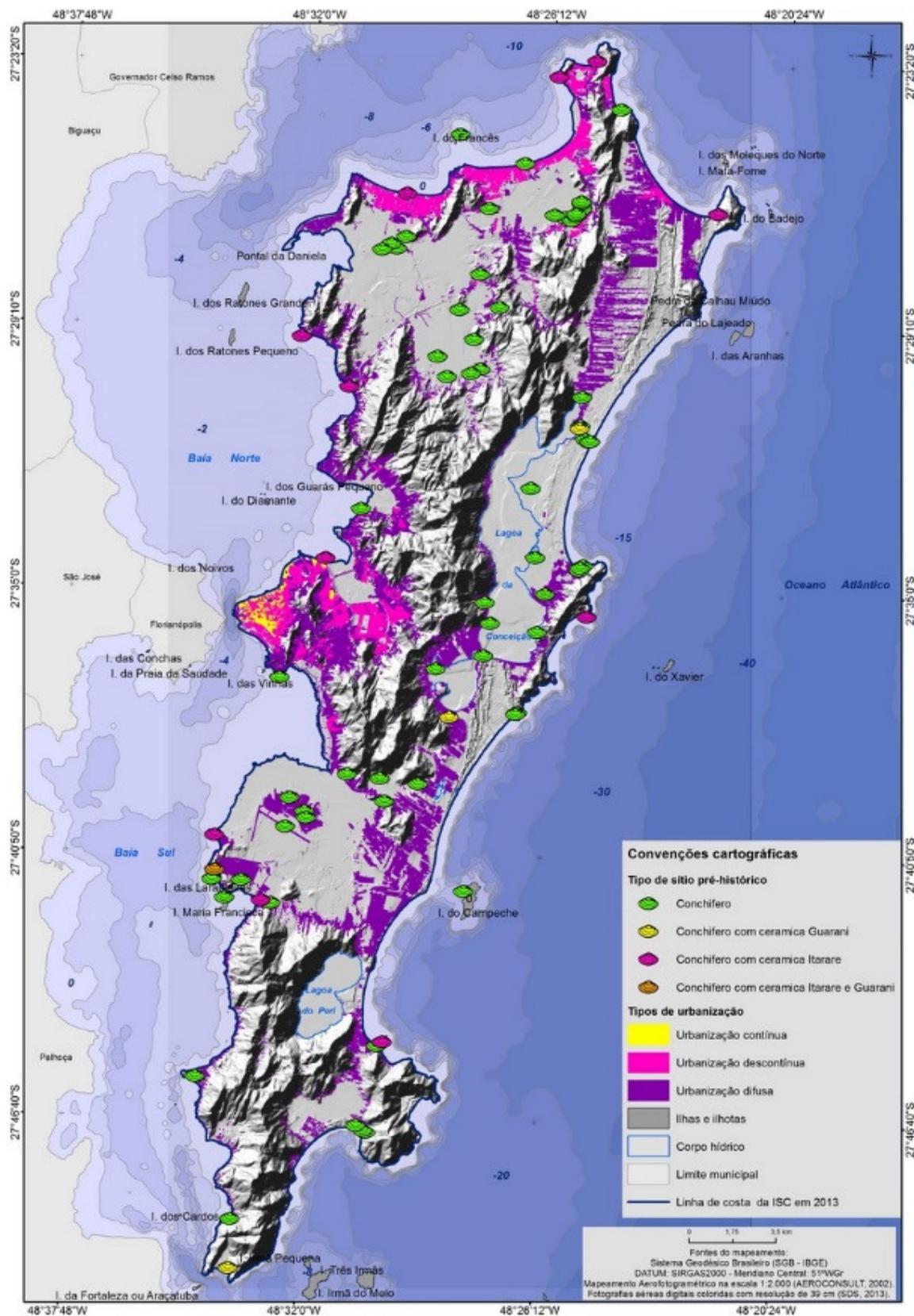


Figura 4 – Distribuição dos sítios pré-históricos tipo sambaqui (concheiros) na Ilha de Santa Catarina e sua relação com as categorias de urbanização contínua, descontínua e difusa (Fonte: sítios arqueológicos: LEIA, 2016; Urbanização: Neves, 2017).

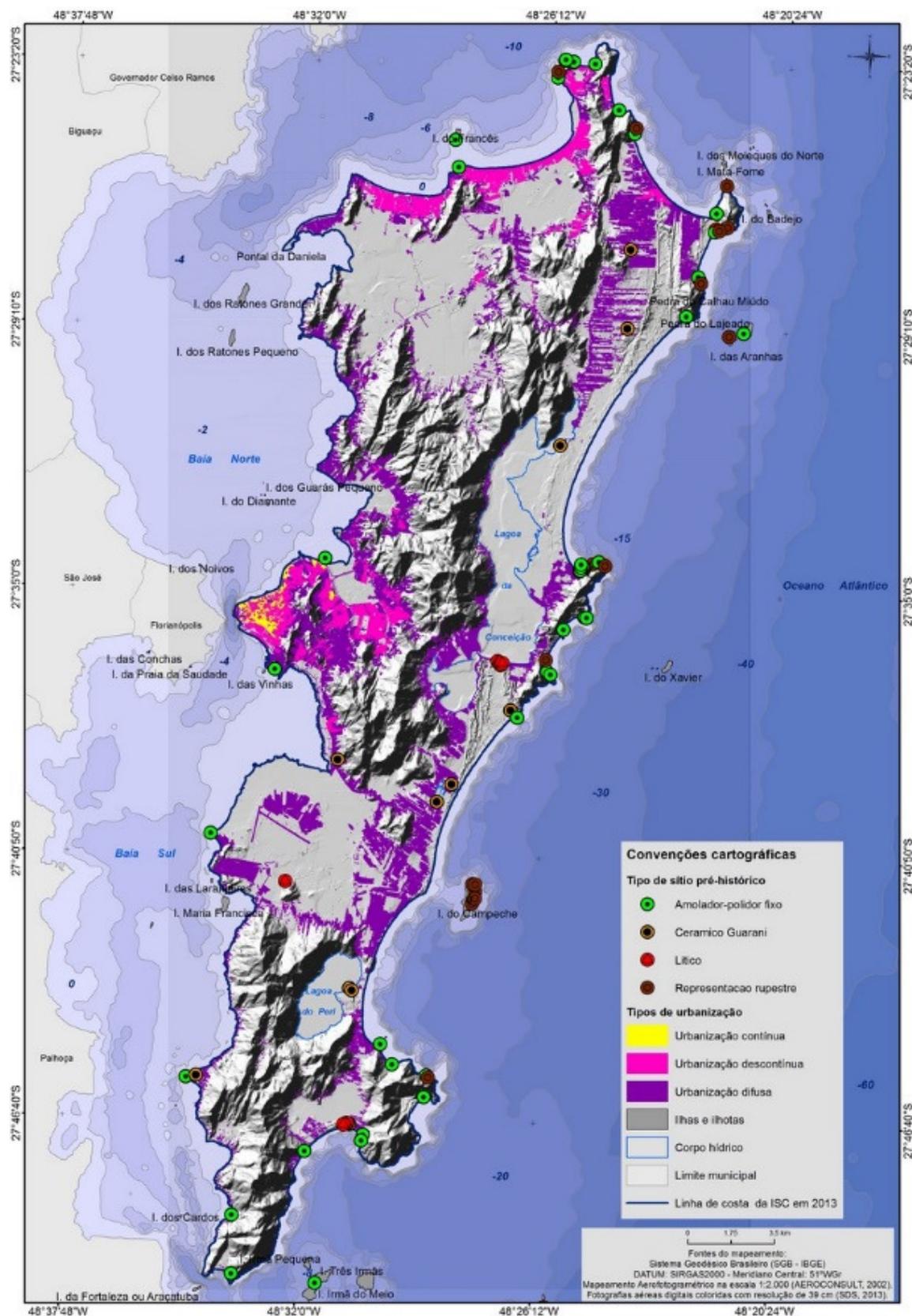


Figura 5 – Distribuição dos sítios pré-históricos na Ilha de Santa Catarina (Amolador-polidor, Cerâmico Guarani, Lítico e Rupestre) e sua relação com as categorias de urbanização contínua, descontínua e difusa (Fonte: sítios arqueológicos: LEIA, 2016; Urbanização: Neves, 2017).

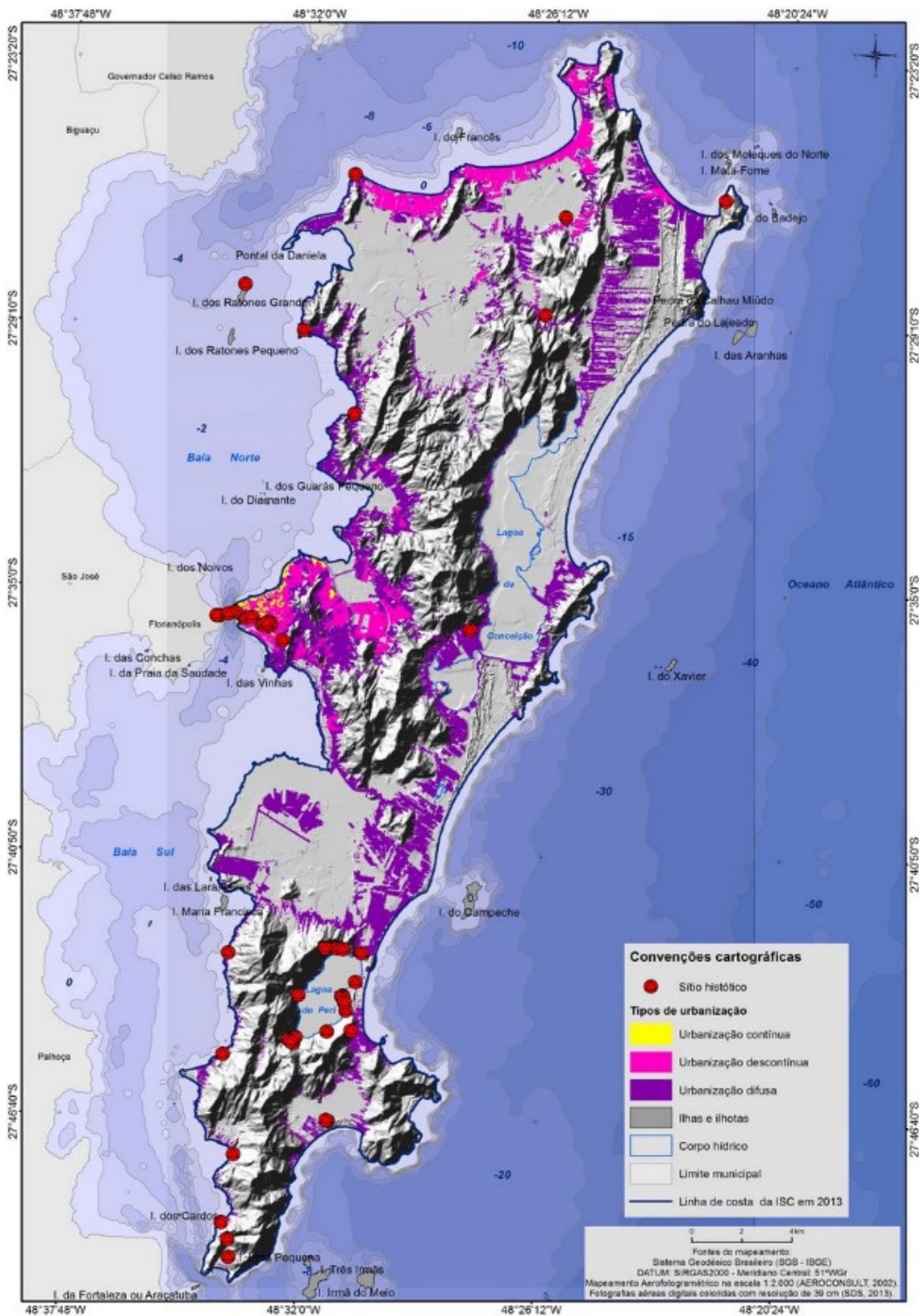


Figura 6 – Distribuição dos sítios históricos na Ilha de Santa Catarina e sua relação com as categorias de urbanização contínua, descontínua e difusa (Fonte: sítios históricos: LEIA, 2016; Urbanização: Neves, 2017).

Referências

- FLORIANÓPOLIS. *Lei Complementar n.º 482*, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Lex: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Florianópolis, v. único, p. 110, jan., 2014. Legislação Municipal. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf. Acesso em: 07 out. 2016.
- FOSSARI, Teresa Domitila. *A População Pré-Colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*. 2004. 339 p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.
- LEIA - Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia. (2016). *Projeto Levantamento dos sítios arqueológicos do município de Florianópolis*. Florianópolis: LEIA/Marque – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Base cartográfica vetorial no formato *shapefile*. 1 arquivo.
- LIMA, Tânia Andrade. Um passado para o presente: Preservação arqueológica em questão. In: *O desafio da preservação (T.A. Lima Org)*. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*, n. 33, p. 5-21, 2007.
- MANNONI, Tiziano & GIANNICHEDDA, Enrico (2003). *Archeologia della produzione*. Torino: Giulio Einaudi editore. 352 p.
- NEVES. Jasiel. *Uso da terra e urbanização dos ambientes costeiros na Ilha de Santa Catarina, SC, Brasil*. 2017. 364 p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2017.
- OPPITZ, Gabriela. *Vivendo a paisagem: Contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina – Florianópolis - SC*. Trabalho de conclusão do curso de História. Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. 137p.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira (2014). Arqueologia – Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras*, v. 2, n. 1, p. 10-39, 2014.
- VARZEA, V. *Santa Catharina: A Ilha*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985. 240p.

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA- MG: o Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR

Aurelino José F. Filho^{*}

Robson Rodrigues^{**}

Marcel Mano^{***}

Introdução

Objetiva-se aqui tecer breve panorama do patrimônio arqueológico, especificamente sítios compostos por um rico acervo de artefatos lito-cerâmicos indígenas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG; bem como apresentar o Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR, projeto este que é resultado dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena - GEPAEHI, sediado no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Sociais – INCIS da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

A região que compreende o atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG, conta com um importante conjunto de sítios arqueológicos, constituindo-se em significativo acervo artefactual, a céu aberto, espalhados por seus municípios. Em recentes levantamentos e sistematizações realizados pelo GEPAEHI, constatou-se pra a região supracitada um total de 203 sítios arqueológicos; com ênfase para os conjuntos de sítios localizados nos municípios de Ituiutaba, Prata, Monte Alegre de Minas, Centralina, Cachoeira Dourada e

^{*} Professor do Curso de História ICHPO | GEPAEHI | UFU. Doutor em História

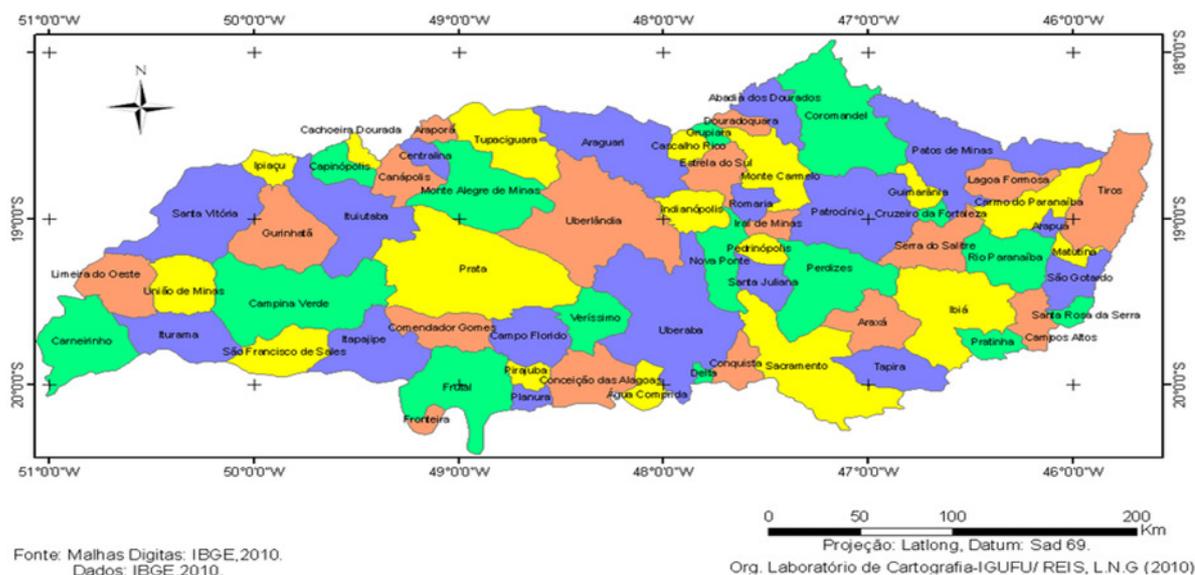
^{**} Professor Colaborador e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia – PPGCS | INCIS | GEPAEHI | UFU. Doutor em Arqueologia

^{***} Professor do Curso de Ciências Sociais | Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia – PPGCS | INCIS | GEPAEHI | UFU. Doutor em Antropologia

Uberlândia, que contam com significativas informações a partir de pesquisas e diagnósticos arqueológicos já produzidos; o que, mesmo não esgotando esse registro, amplia muito os dados já conhecidos e define o contexto da região por seu alto potencial de pesquisa.

Há informações de achados líticos e cerâmicos também em outros municípios da região como Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Canápolis, Araporã, Santa Vitória, Iraí de Minas, Tupaciguara, Araguari, Capinópolis, Iturama, Campina Verde, entre outros, podendo ainda revelar muitas informações sobre os grupos indígenas que aqui habitaram, suas culturas e modos de vida. Entretanto, este conjunto artefactual encontra-se permanentemente ameaçado pela ação do tempo e humana, seja por construções de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, rodovias e estradas, expansão do agronegócio ou até mesmo manuseio da terra por meio de tratores nas pequenas propriedades da região.

Quadro 1 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG



Nesse aspecto, vale ressaltar a afirmação de Barreto (2000), onde

a maior parte do conhecimento arqueológico produzido no Brasil trata do período pré-cabralino. A arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais. Há 500 anos que estes restos materiais têm sido encontrados, estudados e interpretados. Há 500 anos que estes restos têm sido a matéria-prima para a construção de um passado pré-colonial brasileiro (BARRETO, 1999-2000, p. 32).

Confirmando esta assertiva, e apesar das diferentes conjunturas de ocupação humana na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG, a Arqueologia que vem sendo realizada na região tende a dar atenção aos períodos mais recuados na história regional, a citar os contextos caçadores-coletores e horticultores-ceramistas do período pré-colonial. Assim, ainda está por se fazer uma arqueologia do indígena colonial na região, na qual serão profícuas as pesquisas nos sítios de antigas aldeias e seus antigos aldeamentos¹.

Referenciais teóricos e metodológicos

A linha metodológica adotada privilegia a investigação de caráter regional, Moraes (1990 e 1997), em um processo interdisciplinar, com a exploração máxima das possíveis ligações entre os diversos itens abordados. Com isso, a localização, identificação e registro dos contextos de assentamentos humanos pretéritos proporcionará a sistematização de dados importantes no que diz respeito às formas, funcionamento, e mudanças das ocupações humanas, bem como os modos de interação homem/meio ambiente no contexto paleogeográfico regional.

O caminho percorrido segue por um trajeto marcado pela associação de elementos arqueológicos, históricos e etnográficos, por meio do qual desenvolvemos levantamentos de dados e informações a respeito da produção material de populações pretéritas no contexto regional. No trabalho em curso, a problemática permite um entrelaçamento entre diferentes dados que nos leva a campo e, em seguida, ao laboratório e ao gabinete, sem se esgotar em si mesmo, possibilitando assim, uma permanente renovação da pesquisa a cada passo do processo.

Cabe ressaltar que entendemos como modelo teórico uma abordagem que, a partir do estudo de sociedades indígenas historicamente conhecidas, proporciona os meios para formular e testar hipóteses, modelos e teorizações que possibilitam responder questões de interesse arqueológico (KENT, 1987; THOMPSON, 1991; STARK, 1993). Uma estratégia de pesquisa que visa a produzir uma base de dados etnográficos sobre as relações entre o comportamento humano e o mundo material que possa auxiliar nas teorizações sobre os processos de formação dos registros arqueológicos; ao mesmo tempo em que venha a contribuir para os estudos de cultura material (HODDER, 1982; SCHIFFER, 1992).

¹ Sabidamente os aldeamentos na Estrada dos goiazes (1748-1816): Rio das Pedras, Estiva, Pissarrão, Boa Vista, Santana, Rocinha, Lenhoso, Uberaba e Baixa.

O enfoque principal da pesquisa de campo está direcionado para a obtenção de dados sobre os registros e mapeamentos dos sítios arqueológicos e sua espacialização, com a utilização de georreferenciamento.

Esses elementos são importantes, uma vez que as evidências materiais são indicadores dos contextos arqueológicos, e os estudos sobre conjuntos etnográficos auxiliam nas interpretações arqueológicas, especialmente no que se refere ao problema da variabilidade artefactual. Nesse caso, esses elementos possibilitam discutir aspectos sobre os processos de formação dos registros arqueológicos.

Resultados e discussões

Apesar da referência de sítios arqueológicos na área de abrangência supracitada, de acordo com a pesquisa de Delforge (2010), esta região ainda é pouco conhecida do ponto de vista arqueológico, apresentando poucos sítios georreferenciados. Segundo o autor, os sítios arqueológicos conhecidos na bacia do Rio Grande e Paranaíba se concentram nos vales dos rios, e esta característica se deve aos tipos de empreendimentos que financiaram as pesquisas: as hidroelétricas da AHE Funil, UHE Igarapava, PCH B3, linhas de transmissão elétrica da Transudeste, Juiz de Fora - Itutinga, Emborcação - Nova Ponte, mais alguns estudos ligados ao parcelamento de solo e achados fortuitos (DELFORGE, 2010). Assim, a área entre as bacias dos rios Paranaíba e Rio Grande, se constitui em região de grande importância para a arqueologia mineira.

No tocante à arqueologia pré-colonial praticada na região, além de importantes pesquisas, já há também algumas sistematizações de seus resultados. Tomando como referência as análises produzidas por pesquisadores da região², estes se caracterizam como sítios pré-coloniais, a céu aberto, com presença de artefatos cerâmicos, líticos lascados e polidos, achados arqueológicos como pontas de flechas e lanças; igaçabas, panelas, ossadas, machadinhas diversas, mão de pilão e raspadores, entre outros; além de sítio com pinturas rupestres em afloramento rochoso, localizado na área rural do município de Prata, e sítios históricos, principalmente associados a quilombos³.

² Principalmente nas bacias dos rios Piedade, Tijuco, Prata, Uberabinha; córregos do Sertãozinho, do Capim, da Caçada, do Monjolinho, do Pastinho, do baixadão, do Barreto e Sucuri e ribeirão dos Patos.

³ Como o Quilombo do Sertãozinho inscrito no cadastro nacional de Quilombos, no Ministério da Cultura e Fundação Nacional Zumbi dos Palmares.

Dentre os grandes projetos de pesquisa sistemática na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG, destaca-se o Projeto Quebra Anzol, coordenado pela pesquisadora Márcia Angelina Alves – MAE/USP, que tem início na década de 1980, e abrange os municípios de Perdizes, Centralina e Guimarães, na bacia do Rio Paranaíba (ALVES, 1992).

Especificamente no Pontal do Triângulo Mineiro, em 2009, a Fundação Cultural de Ituiutaba, instituição cultural municipal, propôs ao arqueólogo Marcelo Fagundes – UFVJM, a produção de diagnóstico arqueológico na área do município, com a finalidade de ampliar o conhecimento da história da região e o aumento da arrecadação do seu ICMS Cultural. Em seus quinze dias de trabalho nas margens do Rio Tijuco, Rio da Prata, Córrego do Bugre e Córrego São Lourenço, foram identificados e publicados 34 sítios arqueológicos⁴.

O mesmo arqueólogo no ano de 2011, através de um convênio entre o município de Cachoeira Dourada e a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, produziu o mapeamento do patrimônio arqueológico do município, sendo identificados e publicados 11 sítios arqueológicos⁵ referente ao município em tela; sendo que grande parte foi encontrada as margens do Rio Paranaíba, justamente na área onde as margens foram alagadas pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, construída em 1950. O material coletado foi levado para ser analisado no Laboratório de Arqueologia da UFVJM e os trabalhos ainda estão em andamento, mas 2 desses sítios (Corgão II e III), já foram datados e apresentaram datas por volta de 600 a 500 anos AP.

Segundo Prous (1992), as principais pesquisas referentes a grupos caçadores coletores se deram em torno dos abrigos calcários do estado de Minas Gerais, devido ao fato destes apresentarem uma maior preservação dos vestígios em relação aos sítios de céu aberto. A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG apresenta dados importantes para esses grupos que se assentaram na área a cerca de 7000 anos AP.

No município de Centralina, se sobressai o sítio Rezende, localizado no Rio Piedade, próximo à sua foz no Paranaíba, onde após várias campanhas de escavação foi possível identificar dois horizontes arqueológicos. A primeira ocupação corresponde a um acampamento de grupos caçadores-coletores, datado de 7300+80 anos AP, e a segunda estaria ligada a comunidades ceramistas, sendo datadas de 1190+60 anos AP a 460+50

⁴FERREIRA FILHO, Índios do Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio - pesquisas e perspectivas, EDUFU, 2015.

⁵*Op. cit.*

anos AP. O projeto continua sendo executado e tem gerado diversas publicações e teses (FAGUNDES, 2004; MEDEIROS, 2007). Quanto à ocupação dos grupos horticultores ceramistas, temos que essa região faz parte de um contexto extremamente interessante para a Arqueologia brasileira, uma vez que a área compõe um extenso corredor de interações entre diversos grupos étnicos como os Tupi do interior, associados aos Guarani vindos do sul e os Jê Centrais e Meridionais (MANO, 2002).

Um aspecto importante para a arqueologia regional está relacionado aos diversos relatos orais que demonstram o contato direto das pessoas com os vestígios arqueológicos da área, principalmente no momento de manuseio do solo para plantio agrícola, identificando fragmentos cerâmicos, machados de pedra polida, fragmento de um pilão e outras ferramentas líticas (RODRIGUES, 2015).

Nesse contexto de alta capacidade arqueológica da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG, se insere o projeto do Centro de Conservação e Restauro de Acervos Arqueológicos – CECRAAR, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em diálogo com o Ministério Público Federal (MPF) do município de Uberlândia (MG), podendo se constituir como a principal instituição de guarda de bens arqueológicos na região, a se articular com outras instituições em Minas Gerais, também com autorização de guarda por parte do IPHAN⁶.

Em fase de implantação institucional⁷, o CECRAAR deverá se constituir em um espaço multidisciplinar de pesquisas entre a Arqueologia, a Antropologia, a História, a Geografia e Educação patrimonial, entre outras áreas do conhecimento, inicialmente associado aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais – UFU, e ao Curso de Graduação de História do ICHPO – UFU, com o objetivo de estabelecer diálogos interdisciplinares na construção de referenciais epistemológicos e abordagens metodológicas para o estudo das Histórias e Culturas dos Povos Indígenas no Brasil e, em especial, dos Jê Meridionais.

Seu objetivo é promover o intercâmbio entre pesquisas dessas áreas do conhecimento que permitam desenhar um quadro das dinâmicas das ocupações indígenas, os impactos coloniais e os rearranjos socioculturais sofridos pelas populações originais do atual

⁶ Atualmente, as instituições autorizadas no Estado são: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire (CAALE); Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem da UFVJM; Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco (MAC); Museu de Ciências Naturais PUC Minas; Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1318/>.

⁷ Neste momento o projeto se encontra em tramitação nas instâncias superiores da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, visando sua constituição institucional.

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG; além de promover e fomentar a pesquisa, debate e ações de proteção, preservação, musealização e patrimonialização do acervo constituído por sítios arqueológicos existentes na região.

O CECRAAR se define como uma instituição inter-campi, envolvendo unidades da Universidade Federal de Uberlândia presentes nos municípios de Uberlândia e de Ituiutaba, abrangendo, portanto, áreas de alta densidade artefactual lito-cerâmico indígena da região. Metodologicamente, o CECRAAR se pautará em ações de curadoria e guarda de acervos arqueológicos a partir da triagem, preparação, higienização, conservação, catalogação e análises, oriundos de pesquisas ou de doações diversas realizadas na região definida atualmente pelo sul de Goiás, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, norte de São Paulo e leste de Mato Grosso do Sul.

Este Centro se constituirá em um espaço físico que comportará e acomodará adequadamente acervos arqueológicos; pesquisadores e discentes da própria universidade e de outras instituições de ensino e pesquisa, bem como interessados diversos. Realizará a curadoria, guarda e processamento dos acervos arqueológicos recebidos; terá condições de conservação, acondicionamento e segurança dos acervos arqueológicos em reserva técnica adequada; possuirá equipamentos para armazenamento de dados, informações e documentos, facilitando o acesso e uso pela comunidade científica, organização de exposições temáticas, cursos de extensão e gestão do sistema de informações geográficas dos sítios arqueológicos.

Embora, como já dito, o CECRAAR será edificado no Campus Glória da universidade Federal de Uberlândia - UFU, atualmente o mesmo se encontra em fase de implantação provisória por meio de adequação de parte de um dos prédios da universidade, de maneira que possa receber seus primeiros acervos, compostos por artefatos lito-cerâmico, passivos ambientais resultantes da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Miranda, localizada no rio Araguari, município de Indianópolis (MG), e da UHE de Nova Ponte, localizada às margens do mesmo rio, mas no município de Nova Ponte (MG), resultado de negociações envolvendo o MPF do município de Uberlândia, Companhia Energética de Minas Gerais S.A – CEMIG, e Engie Brasil Energia, concessionárias das respectivas UHEs.

Para o devido acondicionamento dos acervos arqueológicos nas dependências do CECRAAR será constituída uma reserva técnica adequada aos padrões atuais da conservação, guarda e segurança, contendo equipamentos que atendam as necessidades de proteção e preservação. Além disso, o CECRAAR deverá ter um

sistema informatizado para gestão e acesso dos acervos do patrimônio arqueológico salvaguardados. O CECRAAR pretende também se consolidar como referência para o diálogo com e entre a população indígena da região.

A conjunção dos dados arqueológicos levantados, ainda que preliminarmente, associados a relatos orais, bibliográficos, de campo e dos documentos históricos sobre as ocupações indígenas da região, além de confirmar o altíssimo potencial arqueológico das áreas banhadas pelas bacias do rio Grande e rio Paranaíba; tornando o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG uma área de grande interesse para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares a respeito das ocupações humanas pretéritas na região, justifica a consolidação de uma instituição de guarda de bens arqueológicos como o CECRAAR, e fortalece as ações de proteção desse tão importante patrimônio arqueológico e cultural brasileiro.

Referências bibliográficas

ALVES, M. A. As Estruturas Arqueológicas do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. In: *Revista de Arqueologia e Etnologia–USP*, n. 2, p. 27-47, 1992.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.44, p. 32-35, dezembro/fevereiro 1999-2000.

BLASIS, P.A.D. De (coord.). *Programa de monitoramento arqueológico da faixa de depleção da UHE, Água Vermelha: fase de diagnóstico*. Relatório final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2003.

DELFORGE, A. H. *O Gerenciamento do patrimônio arqueológico em Minas Gerais utilizando-se Sistemas de Informação Geográfica*. 2010. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, PUC MG, 2010.

FAGUNDES, M. *Sítio Rezende: das cadeias operatórias ao estilo tecnológico – um estudo de dinâmica cultural no médio vale do Paranaíba, Centralina, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. MAE-USP. SP. 2004.

FAGUNDES, M. Histórico das pesquisas arqueológicas no Triângulo Mineiro: a história indígena pré-colonial. In: FERREIRA FILHO, A.J. *Índios do Triângulo Mineiro: História, Arqueologia, fontes e Patrimônio –Pesquisas e Perspectivas*. Uberlândia: EdUfu, MG, 2015.

HODDER, I. *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge, University Press. 1982.

KENT, S. Understanding the use of space: an ethnoarchaeological approach. In: *Method and theory for activity area research (An ethnoarchaeological approach)*. New York: Columbia University Press. 1987.

MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. *Revista de Ciências Sociais –Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 34, p. 193-212, abr. 2011.

MEDEIROS, J.C. *Cultura material lítica e cerâmica das populações pré-coloniais dos sítios Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: estudo das cadeias*

operatórias. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, MAE/USP, São Paulo: 2007.

MORAIS, J. L. Arqueologia de Salvamento no Estado de São Paulo. *Dédalo*, São Paulo, MAE-USP, v.28, 1990, SP.

MORAIS, J. L. Projeto Paranapanema: resgate do patrimônio arqueológico do complexo Canoas, margem paulista. *Plano de trabalho da Segunda etapa*. São Paulo: MAE-USP, 1997, SP.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

RODRIGUES, R. Diagnóstico dos bens culturais de natureza arqueológica. *Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial na área da Fazenda Umuarama, município de Itapagipe, estado de Minas Gerais*. Fundação Araporã. Araraquara-SP, 2015.

SCHIFFER, M. B. Technology and Society. In: SCHIFFER, M. B. (Ed.). *Technological Perspectives on Behavioral Change*. Tucson: University of Arizona Press. 1992. p. 130-141.

THOMPSON, R. H. The archaeological purpose of ethnoarchaeology. In: *Ceramic Ethnoarchaeology*. University of Arizona Press. 1991. p. 231-245.

LEVANTANDO MÉTODOS DE CURADORIA E CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL

Marjori Pacheco Dias^{*}

Vagner Carneiro Porto^{**}

Introdução

Este trabalho decorre de uma dissertação de mestrado em Museologia intitulada “Curadoria e Conservação Arqueológica no Rio Grande do Sul: um Levantamento dos Métodos”, que se desenvolveu no intuito de movimentar as discussões sobre o gerenciamento do patrimônio arqueológico, vinculando-se aos estudos sobre as interfaces entre Arqueologia, Museologia e Conservação, tendo como premissa básica averiguar a situação em que se encontravam os acervos arqueológicos e o modo como estavam sendo geridos museologicamente, bem como seus respectivos impactos no contexto preservacionista.

Portanto, após selecionar três instituições museais do Estado do Rio Grande do Sul que salvaguardam acervos arqueológicos, a saber, o Laboratório de Estudo e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), o Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo e o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), foram observadas as reservas técnicas, as diferentes tipologias de materiais das coleções, as condições de armazenamento do acervo, os recursos disponíveis para os procedimentos de curadoria e também acompanhou-se o desenvolvimento do trabalho de conservação.

^{*}Museu de Arqueologia e Etnologia, Av. Prof.^o Almeida Prado 1466, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP: 05508-070; marjoripd@gmail.com. Mestra em Museologia e doutoranda em Arqueologia pelo MAE/USP.

^{**}Museu de Arqueologia e Etnologia, Av. Prof.^o Almeida Prado 1466, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP: 05508-070; vagnerporto@usp.br. Doutor em Arqueologia. Professor do curso de Pós-Graduação em Arqueologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

Segundo Souza e Froner (2008), para que se identifiquem quais as causas de deterioração, se faz preciso um estudo do ambiente onde está localizado o acervo, considerando o macro (as condições climáticas e geográficas), o médio (do edifício como um todo e da sala de exposição ou guarda) e o microambiente (do mobiliário e da sistemática de acondicionamento do acervo, desde a sua organização até os materiais utilizados para a elaboração dos invólucros).

Para que estas condições fossem avaliadas, utilizou-se formulários que descrevem informações sobre o ambiente da reserva técnica, materiais utilizados para acondicionamento do acervo e mobiliário, bem como o registro fotográfico destes enquanto se acompanhava os procedimentos, e, para melhor análise dos dados, foram feitas tabulações dos resultados das medições, indicando os níveis de lux, umidade relativa do ar e temperatura. Posteriormente confeccionou-se um gráfico com indicação da variabilidade dos fatores ambientais.

Neste sentido, o trabalho apresentado aqui trata de especificar quais foram os instrumentos de coletas de dados utilizados nesta pesquisa, como foram desenvolvidos e porque agiram como potencializadores dos resultados alcançados.

Referenciais teóricos e metodológicos

Para a etapa de levantamento de informações referentes aos museus selecionados, elaborou-se alguns instrumentos de coleta de dados. O primeiro deles, utilizado logo na chegada ao museu/laboratório, foi o questionário de reconhecimento inicial, composto por 21 perguntas, entre dissertativas e de múltipla escolha, onde mais de uma opção poderia ser marcada.

Este questionário parte de sete frentes: reconhecimento inicial da instituição; infraestrutura; curadoria do acervo; armazenamento, acondicionamento, exposição, restauração e manuseio; conservação preventiva; conservação curativa; arqueometria. Caso as alternativas não contemplassem a resposta da instituição, esta poderia ser especificada no item “Outro”, ou ainda escrita em uma folha anexa (ver “Apêndice A” em DIAS, 2018, p. 173).

Outro passo para o levantamento de dados dessa pesquisa foi a observação da infraestrutura das reservas técnicas, visto que “a gestão para a conservação exige uma abordagem integrada, pois não se refere somente ao acervo, mas também ao prédio e seu entorno” (VASCONCELOS; ALCÂNTARA, 2017, p. 155). É neste espaço que as

coleções passarão a maior parte de sua existência, e por essa razão deve ser projetado, planejado, organizado, monitorado e mantido a partir de princípios, conceitos, modelos e paradigmas da Conservação Preventiva (FRONER, 2008).

Para tanto, propõe-se como modelo quatro tabelas que foram desenvolvidas para compreender estas áreas. A primeira delas concerne ao mobiliário (Tabela A) da reserva técnica: se ele é composto de madeira, de aço, metal ou vidro, se contém tinta ou verniz, se conta com o auxílio de Tecidos Não Tecidos (TNT) e/ou plásticos, e se é fixo ou deslizante. Nesta tabela também há espaços para serem preenchidos com os dados sobre a proximidade das estantes com a parede; proximidade entre uma estante e outra; distância entre a prateleira e o teto; distância entre a prateleira e o chão; distância do mobiliário até a janela; e, por último, se há presença de agentes degradativos no mobiliário.

Ressalta-se que o levantamento dessas informações se faz relevante uma vez que podem influenciar, mesmo que indiretamente, no estado de conservação dos materiais arqueológicos, na proliferação de micro e macro organismos, e na exposição do acervo aos agentes de risco.

Da mesma forma, é preciso avaliar o microambiente ao qual o patrimônio arqueológico está submetido nessas instituições. Para executar tal função, desenvolveu-se uma ficha de acondicionamento (Tabela B) com campos a serem preenchidos sobre a constituição material das caixas (papelão, poliondo, polietileno/polipropileno, outra), sobre a condição dele dentro das caixas (sacos de polietileno, sacos zipados, perfurados ou não, com plástico bolha, papel de pH neutro ou comum, auxílio de isopor, Ethafoam ou outro), se há algum redutor de umidade (Sílica Gel, Ageless®, RPSsystem® ou outros), e ainda, se há algum sistema de refrigeração edesumidificadores na reserva técnica.

A terceira ficha (Tabela C) se refere ao médio ambiente e tem por objetivo estabelecer um controle dos registros de Luminosidade, Temperatura e Umidade Relativa do Ar, gerando médias das condições climáticas do local de salvaguarda do acervo (podendo estas serem comparadas mês a mês), bem como as dimensões deste espaço.

Tabela A -Ficha de Análise do Mobiliário da Reserva Técnica

MOBILIÁRIO Museu		– (Cidade) /RS	
<input type="checkbox"/> Madeira		<input type="checkbox"/> Com vidro	
<input type="checkbox"/> Aço		<input type="checkbox"/> Com TNT	
<input type="checkbox"/> Metal		<input type="checkbox"/> Com plástico	
<input type="checkbox"/> Com tinta		<input type="checkbox"/> Deslizante	
<input type="checkbox"/> Com verniz		<input type="checkbox"/> Fixo	
Proximidade da estante com a parede:			
Obs.:			
Proximidade entre uma estante e outra:			
Obs.:			
Distância entre a prateleira e o teto:			
Obs.:			
Distância entre a prateleira e o chão:			
Obs.:			
Distância do mobiliário até a janela:			
Obs.:			
Há algum agente degradativo no mobiliário?			
Qual?			
Obs.:			

Fonte: DIAS, 2018, p. 181

Tabela B – Ficha de Análise “Acondicionamento” (Micro Ambiente)

ACONDICIONAMENTO Museu		– (Cidade) /RS	
<input type="checkbox"/> Caixas de papelão. Cor?		<input type="checkbox"/> Caixas de poliindo. Cor?	
<input type="checkbox"/> Caixas de Polipropileno/Polietileno. Cor?		<input type="checkbox"/> Outra. Qual?	
Observações:			
Dentro das caixas, os materiais estão acondicionados como?			
<input type="checkbox"/> Sacos Polietileno		<input type="checkbox"/> Papel – () pH neutro – () Outro. Qual?	
<input type="checkbox"/> Sacos zipados		<input type="checkbox"/> Auxílio de Isopor	
<input type="checkbox"/> Plástico bolha		<input type="checkbox"/> Ethafoam	
Os sacos foram perfurados? () Sim () Não		<input type="checkbox"/> Outro. Qual?	
Outras considerações:			
Redutor de umidade			
<input type="checkbox"/> Silica Gel		<input type="checkbox"/> RPSsystem	
<input type="checkbox"/> Ageless		<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Cartão Indicador de Umidade			
Outras considerações:			
Presença de ar- condicionado ou outro meio de refrigeração na Reserva Técnica			
() Sim		() Não	
Observações:			
Presença de desumidificador na Reserva Técnica			
() Sim		() Não	
Observações:			

Fonte:DIAS, 2018, p. 182

Segundo Dias, as temperaturas muito altas são extremamente nocivas pois

Reduzem os coeficientes da U.R. e secam de maneira excessiva os materiais higroscópicos. Por outro lado, a queda de temperatura causa a redução de quantidade de água suportada pelo ar, causando condensação de umidade, formando gotículas de água. As duas medidas, U.R. e temperatura, devem estar respectivamente entre 50 e 60% e de 20 a 23°C, podendo estes números variar conforme o estado de conservação do acervo ou se acondicionadas as peças de diferentes tipologias separadamente e de acordo com suas especificidades (2016, p. 36).

Estas leituras podem ser realizadas através de um aparelho chamado termohigrômetro, que foi disponibilizado para as instituições visitadas que até então não coletavam esses dados.

E em medida de comparação, há também a tabela de macro ambiente, destinada à área externa da arquitetura do museu/laboratório (Tabela D), para dar conta das medidas espaciais totais do terreno e da área construída, além de observações sobre características da infra-estrutura (como o tipo de argamassa, tinta utilizada para pintura e telhado) e de controle da temperatura mínima e máxima registrada no mesmo período.

Tabela D – Ficha de Análise “Área Externa” (Macro Ambiente)

ÁREA EXTERNA Museu _____ - (Cidade) /RS			
Área construída em m ² :			Temperatura
Altura:			Min: Máx:
Largura:		Dia __/__/__	
Espessura das paredes:		Dia __/__/__	
Dimensão total do terreno em m ² :		Dia __/__/__	
Observações:		Dia __/__/__	
		Dia __/__/__	
		Dia __/__/__	
Características da infraestrutura:			Dia __/__/__
Argamassa	Tinta	Telhado	Dia __/__/__
			Dia __/__/__
Observações:			Dia __/__/__
			MEDIA
			MEDIA GERAL

Fonte:DIAS, 2018:184

Os dados levantados geraram tabulações e gráficos que auxiliam na compreensão da variabilidade dos fatores ambientais, e, portanto, no modo como estes interferem na conservação dos acervos arqueológicos.

Resultados e discussões

Levantar os métodos de curadoria e conservação arqueológica que estão sendo desenvolvidos e aplicados no Estado do Rio Grande do Sul, é, de fato, uma grande responsabilidade. Há que tomar um certo cuidado para não se confundir semelhanças com generalizações, respeitar as particularidades de cada instituição e saber que, por se tratar de uma pesquisa, não pode haver neutralidade, e nem por isso cabe julgar os museus, seus profissionais ou seus métodos.

Precisamente por esta razão se faz necessário desenvolver instrumentos de coleta de dados que visem a otimização dos resultados, que permitam levantar as informações para a pesquisa de forma objetiva e que possam facilmente ser decodificadas, tanto para o pesquisador no momento de análise e escrita, quanto para as pessoas e instituições que venham a ter interesse em ler o trabalho posteriormente.

Neste sentido, acredita-se aqui que as Fichas de Análise de médio e macro ambiente contribuíram para, além de uma compilação dos dados de temperatura, umidade relativa do ar e luminosidade, estabelecer os índices de variações destas condições de forma ilustrada, facilitando a comparação de uma instituição com as demais.

Foi possível também aglomerar, no caso da tabela de mobiliário, numa única ficha, os principais fatores a serem considerados neste quesito, demonstrando ainda parte da infraestrutura interna e disposição espacial que os museus/laboratório dispunham para salvaguardar as coleções.

Na ficha de análise de acondicionamento, os campos para preenchimento de dados ali contemplados foram de suma importância para realizar um diagnóstico do micro ambiente ao qual os patrimônios arqueológicos estavam submetidos, bem como os recursos materiais que os profissionais detinham a seu alcance para realizar ou não a guarda de maneira adequada.

Ademais, pode-se dizer que estas fichas de análise poderão servir de modelo para outras instituições que quiserem fazer um levantamento das suas condições de guarda, pois nem sempre os padrões considerados ideais são aplicáveis, uma vez que cada Reserva Técnica tem suas particularidades, assim como a região geográfica em que o museu está

localizado. Por isso é tão importante que os museus e laboratórios realizem suas próprias medições, para se ter um controle do seu ambiente. Isto poderá servir como base para futuras pesquisas empíricas próprias e ainda justificar possíveis progressões ou regressões nos agentes de deterioro do acervo arqueológico.

Referências

- ASHLEY-SMITH, Jonathan; DERBYSHIRE, Alan; PRETZEL, Boris. The continuing development of a practical lighting policy for works of art on paper and other types at the Victoria and Albert Museum. In: 13th TRIENNIAL MEETING ICOM-CC, Rio de Janeiro, Setembro, 2002. *Proceedings...* London : James & James Science, v.1, p. 3-8, 2002.
- BRITTO, Jusselma Duarte. *Conservação de Edifícios Históricos. Um Estudo sobre o Museu de Astronomia no Rio de Janeiro*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- CASSARES, Norma C.; PETRELLA, Yara L. M. M. Influência da radiação de luz sobre acervos museológicos, *Anais do Museu Paulista*, v. 8/9, p.177-192, 2003.
- DIAS, M. P. *Diagnóstico dos Métodos de Curadoria e Conservação Arqueológica Aplicados no LEPA-UFSM (de 1995 a 2014)*. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, 2016.
- DIAS, M. P. *Curadoria e Conservação Arqueológica no Rio Grande do Sul: um Levantamento dos Métodos*. 2018. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós- Graduação Interunidades em Museologia, 2018.
- DRUMOND, M. C. de P. Preservação e Conservação em Museus. In: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais (Org). In: *Caderno de diretrizes museológicas I*. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.
- FRONER, Y. Reserva Técnica. In: *Tópicos em conservação preventiva – 8*. IACiCor – eBA – UFMG. Belo Horizonte, 2008.
- SOUZA, L. A. C.; FRONER, Y. *Tópicos em Conservação Preventiva 4 - Reconhecimento de materiais que compõem acervos*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes – UFMG, 2008.
- SOUZA, L. A. C. *Tópicos em Conservação Preventiva 5 – Conservação Preventiva: Controle Ambiental*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes – UFMG, 2008.
- VASCONCELOS, M. L. C. de.; ALCÂNTARA, T. M. Com quantas caixas se faz uma Reserva Técnica? Um relato de experiência sobre a Gestão dos Acervos Arqueológicos no MAE/UFBA. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v.11, n.2, p., 153-165, 2017.

SOBRE OBJETOS, PESSOAS E DOCUMENTOS: a construção participativa do acervo arqueológico do Museu de Arqueologia de Itaipu

Bárbara Deslandes Primo^{*}

Fernando Jose Cantele^{**}

Michelle Mayumi Tizuka^{***}

Mirela Leite de Araujo^{****}

Introdução

O objetivo desse artigo é demonstrar como, a partir do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias, foi possível identificar diferentes relações dos moradores de Itaipu - bairro da Região Oceânica da cidade de Niterói/RJ - com o acervo arqueológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). O acervo é proveniente dos sítios arqueológicos Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui Camboinhas e foi constituído, em sua maior parte, pela recolha espontânea de moradores do entorno e centralizado na figura de Hildo de Mello Ribeiro, antigo morador de Itaipu e agente federal de fiscalização da pesca. No entanto, até o presente momento, não havia nenhum registro sobre como as peças chegavam ao Museu e a documentação museológica não transparecia essa participação da comunidade na formação da coleção ou suas relações com o sítio.

Criado em 1977 dentro do território pesqueiro de Itaipu, foi somente a partir de 2010 que o MAI passou a desenvolver trabalhos sistemáticos com os moradores e pescadores tradicionais. Desde então, o Museu tem procurado realizações educativas e culturais

^{*} Museu de Arqueologia de Itaipu/Ibram, mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

^{**} Fercant&Yahto Consultoria Científica, especialista em Cultura Material e Arqueologia pela Universidade de Passo Fundo.

^{***} Universidade Federal Fluminense, doutoranda em Ciência da Computação.

^{****} Museu de Arqueologia de Itaipu/Ibram, mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo.

que reflitam sobre a importância sociocultural da pesca e dos pescadores dessa região, bem como reconhecer o importante papel dessas pessoas na formação do acervo arqueológico e na preservação ambiental local. Esse novo discurso museológico está diretamente associado ao trabalho e consciência crítica das equipes do MAI, mas também à inevitabilidade de se posicionar diante das constantes ameaças que sofrem os moradores e todo o território, tanto no que diz respeito à especulação imobiliária, quanto à degradação ambiental e à destruição dos sítios arqueológicos. Nesse sentido, produzir um inventário participativo constituiu-se em uma oportunidade para discutir com os moradores e pescadores os diferentes sentidos atribuídos aos referenciais culturais desse território. Através da metodologia participativa foi possível, de forma horizontal e coletiva, dilatar e reorganizar os limites institucionais e as compreensões sobre o que é patrimônio, acervo, memória e cultura, principalmente, identificar os próprios moradores como protagonistas na preservação da cultura e da arqueologia local.

Metodologia do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias.

O Inventário Participativo teve como metodologia as técnicas investigativas da História Oral, a partir da realização de 40 entrevistas com moradores de Itaipu e demais bairros da Região Oceânica. A partir de uma primeira roda de conversa realizada com moradores do entorno, elaboramos a listagem dos nomes que comporiam esta primeira etapa de entrevistas. A partir dos critérios estabelecidos por eles, elencamos por ordem de prioridades os indicados, de modo a privilegiar os mais velhos. De uma extensa lista de mais de 80 nomes, fizemos um recorte de 40 selecionados, norteados pelo critério mencionado.

As entrevistas foram conduzidas por uma equipe - formada por duas técnicas do Museu, uma moradora responsável pela articulação comunitária e duas pesquisadoras, uma delas dedicada exclusivamente ao registro audiovisual do encontro - e balizadas por um roteiro semi-estruturado. Uma vez realizadas as entrevistas, passamos à etapa de tratamento deste material. Todos os áudios foram transcritos e revisados. A partir das transcrições, foram elaborados os textos que comporiam o livro sobre o Projeto, lançado em agosto de 2018¹, um documentário e filmes curtos de 15-20 minutos, que estarão disponibilizados no site institucional do MAI a partir da plataforma Tainacan².

¹ Publicação disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_pem_dupla.pdf.

² O Tainacan é um software aberto e livre voltado para a gestão de acervos digitais.

O Museu de Arqueologia de Itaipu e a documentação museológica

O MAIé, desde 2009, uma unidade vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), mas teve sua criação e trajetória ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Museu iniciou suas atividades em 1977 dentro dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, tombados pelo IPHAN em 1955. A Coleção Hildo deMello Ribeiro constitui o núcleo inicial do acervo institucional, com cerca de mil artefatos. Não se sabe ao certo desde quando Hildo e os moradores locais recolhiam os vestígios, mas a constituição como coleção e acervo museológico se deu concomitantemente ao projeto de criação do Museu, durante as décadas de 1960 e 1970. Hildo era morador e agente federal de fiscalização da pesca e foi reconhecido pelo Iphan como arqueólogo-amador.

Dentro do escopo das ações realizadas a partir do Inventário Participativo, o Museu empreendeu, também, um processo de verificação e atualização da documentação referente ao acervo museológico. Para tanto, foram realizadas as ações de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de um novo formato para a documentação do acervo museológico, verificação dos inventários anteriores, higienização, pesagem e fotografia digital do acervo, tratamento das imagens, preenchimento das fichas catalográficas digitais e disponibilização na plataforma Tainacan. A nova ficha catalográfica seguiu a Normativa nº 02 de 2014 do Instituto Brasileiro de Museus³ e teve como referência a ficha desenvolvida pelo Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota, coordenador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), elaborada em 2013 para registro dos acervos arqueológicos e que tem sido utilizada em diversos projetos no âmbito de gestão e conservação de acervos arqueológicos (Fercant, 2019a, 2019b, 2019c, 2017, 2016).

Cientes de que o pleito pelo tombamento das Ruínas, bem como a sistemática coleta de vestígios arqueológicos que deram origem ao Museu de Arqueologia de Itaipu, foi empreendido por moradores de Itaipu, enfatizamos a importância que essas coleções possuem para os próprios, bem como para os campos do Patrimônio, Arqueologia, Museologia e História. Assim, através da ação de documentação do acervo arqueológico, buscamos as ferramentas mais adequadas de preservação e divulgação desse acervo junto à comunidade. A revisão e a readequação desta documentação propostas na

³BRASIL. Resolução Normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 01 set. 2014.

execução do Inventário Participativo procuraram atender também as demandas por uma intervenção ativa no que tange, principalmente, a proteção da Duna Grande, uma vez que tal iniciativa poderia auxiliar demais ações de salvaguarda e pesquisa.

Sobre o Inventário Participativo e as relações afetivas com o sítio arqueológico

Diferentemente da gestão da memória e do registro dos feitos protagonizados pelo Estado e pelas elites em museus, bibliotecas e arquivos, nas comunidades tradicionais, as memórias, histórias e saberes são transmitidos de forma oral, especialmente pelos mais velhos. Nas comunidades tradicionais de Itaipu e da Região Oceânica não é diferente. Os saberes da pesca artesanal, os acontecimentos emblemáticos para a população que vive aqui, a sua organização social, formas de morar, brincar, comer, vestir não estão registradas em documentos, livros ou objetos em museus. O inventário participativo se revelou como uma ferramenta eficaz a viabilizar a construção coletiva e horizontal de debates sobre as temáticas concernentes à memória e ao patrimônio problematizados a partir das relações humanas com o território, com o meio ambiente e com as formas de vida locais. No caso específico de Itaipu, haja vista a organização pretérita e a existência secular desta comunidade, não há como dissociá-la do posterior surgimento e consolidação do Museu em meio a este espaço. Seja no pleito pelo tombamento do prédio histórico onde ele se situa, seja pelo protagonismo e iniciativa na recolha dos artefatos, a história do MAI confunde-se a trajetória deste território e das pessoas que o habitam. O conjunto documental referente ao Museu que se encontra no Arquivo Noronha Santos/IPHAN guarda uma série de testemunhos deste protagonismo dos moradores em demandar, junto aos órgãos responsáveis, proteção e preservação para o que eles consideravam ser um espaço historicamente relevante. O anseio pela apropriação comunitária do espaço e pelo uso cotidiano do local daria lugar a uma relação conflituosa entre os moradores e o IPHAN, doravante agente presente na consolidação de um museu neste espaço. O que fora lugar de moradia, de guarda de embarcações e petrechos de pesca, de sociabilidade passaria a ser local restrito, com regras de uso e controle de entrada. Indubitavelmente, este cisma deixaria marcas indeléveis na relação que seria construída entre o Museu e a comunidade do seu entorno. De um espaço de convívio e uso, as Ruínas passaram a ser um espaço de um discurso pouco inteligível e descolado da realidade local. Estas questões, que marcam a trajetória do MAI neste território, são, também, as razões que justificam a escolha da realização de um Inventário Participativo, uma vez que a metodologia da ação implica na

reflexão dialógica do que deve ou não ser considerado patrimônio e cultura.

A partir do Inventário Participativo diversas categorias de informação puderam ser identificadas. As festas, as parteiras e rezadeiras, as comidas, uma toponímia própria, as diferentes artes de pesca, fauna e flora são alguns desses elementos que podem ser analisados. Diante dos muitos recortes possíveis, selecionamos aqui alguns daqueles que dizem respeito à relação com o sítio arqueológico Duna Grande, com os vestígios encontrados e as diferentes compreensões de sua importância. O sítio arqueológico se localiza em uma região plena de recursos naturais, sob a área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET): localizado sob duna eólica de mais de 20m de altura, contígua à Praia de Itaipu e Laguna de Itaipu é uma área que abraça o mar, o manguezal, a restinga e a Mata Atlântica. Desde 1987 é reconhecida pelo IPHAN como monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira, devido ao seu potencial científico, simbólico e didático.

As relações construídas com esse território são anteriores à Duna ser reconhecida como um monumento e refletem diretamente o uso extrativista desses recursos naturais. As memórias e os significados atribuídos a este espaço são revisitados, seja no seu aspecto paisagístico, seja como espaço de afetos e lembranças dos usos sociais, especialmente para lazer. É importante ressaltar que as crianças em Itaipu, especialmente os meninos, iniciavam o trabalho na pesca muito cedo, por volta dos 7-9 anos de idade. Embora a Praia de Itaipu seja um local de lazer, ela remete imediatamente ao trabalho e à vida na pesca. Já a Duna Grande – chamada pelos moradores de “Morro da Peça” – é frequentemente lembrada como espaço lúdico, onde era possível brincar de “polícia e ladrão”, “pique-esconde”, comer pitangas e escorregar nas areias até a Lagoa.

(...) quando criança era o tempo todo igreja, museu, rua, a duna, andorinhas; a duna, como eu falei, chamava de “Morro da Peça”, a gente brincava de catar as coisas, não tínhamos a consciência de que era um museu, um sítio arqueológico, um sambaqui. Não tínhamos essa noção, criança, né?”⁴

(...) É Morro da Peça por causas das peças que tinham lá, resto de peixe, então tinham umas coisas lá que achavam que era dente, que era dente de índio, achávamos que era de índio, porque na verdade é de antes, né? Então, Morro da Peça, veio dos antigos e a gente continuou até hoje, até hoje eu chamo Morro da Peça.”⁵

Outro elemento recorrente nas entrevistas sobre os aspectos físicos da Duna Grande são

⁴Entrevista de Leandro Augusto da Silva concedida em 14/07/2017 no âmbito do Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Acervo arquivístico do Museu de Arqueologia de Itaipu.

⁵ Idem.

as menções à considerável diminuição da sua altura. Essa diminuição se dá, durante as décadas de 1960 e 1970, pela retirada da areia pelas construtoras que atuavam na região. Apesar de também sofrer com as intempéries – o vento e a chuva constantes que movem a areia - a degradação da área é intensificada pelo desmatamento da restinga e do manguezal, intervenções urbanas e usos irregulares, como estacionamento e área de passeio. Atualmente, a Duna está cercada e é fiscalizada pelo PESET, o que, de alguma forma, controla, minimamente, essa situação. Nos relatos dos moradores também é possível identificar que a maioria deles estava ciente de que ali se encontravam vestígios arqueológicos: ossos, conchas, lasca de quartzo. A recolha dos vestígios tornou-se, também, um momento de diversão e aventura. Érika e outros moradores se referem à Duna como parte de um grande “quintal”, onde as crianças eram livres para inventar brincadeiras, mas também responsáveis por cuidados e manutenção, como recolher o lixo.

Embora não esteja claro para todos, até hoje, a origem dos objetos encontrados – são vários os relatos que os compreendem como “coisas de índio” – a importância dos achados era reconhecida. Desta forma, todos colaboravam para sua recolha e entrega aos que consideravam responsáveis por aqueles bens, neste caso, o próprio Museu ou o Hildo, tido pela comunidade como a pessoa que centralizava esses achados.

(...) museu era nosso quintal (...) a Duna também era uma área liberada, também fazia parte do quintal de casa. A gente ia lá pegava ossos, achava muitas coisas antigas e coisas que não eram tão antigas assim, a gente achava tudo o máximo, achava que aquilo tinha uma importância incrível pra vida gente. A gente sempre pegava as coisas, primeiro mostrava em casa e depois trazia para o Museu, aqui no Museu a gente sabia a importância real daquilo se aquilo realmente fazia parte da história ou não, mas primeiro a gente levava pra todo mundo ver e saber que gente que achou.⁶

Nos relatos coletados, a figura do “Seu” Hildo emerge permeada por contradições: apesar de ser identificado pelos moradores como a pessoa que se preocupava com a coleta dos vestígios de forma sistemática, para alguns apresentava certa truculência nesta recolha, enquanto, para outros, parecia “inventar” estes achados em busca de reconhecimento. No entanto, um dos relatos mais enfáticos sobre o processo de coleta e entrega destes objetos para o Museu concerne ao não reconhecimento - na documentação museológica e nas exposições - da participação de outras pessoas da região nesses achados, exprimindo um certo ressentimento pelo reconhecimento, apenas, da figura de Hildo quando essa era uma prática comum a todos os moradores.

⁶ Idem.

(...) antigamente o que que acontecia é que (...) o interventor da colônia da época, tudo o que a gente encontrava e doava ficava em nome dele. Aí uma vez fui numa exposição no museu lá no Rio e vi que estava tudo em nome dele, tudo o que tinha achado, eu fiquei muito mal, nunca mais trouxe nada para o museu e nunca mais fui procurar, fiquei muito mal. (...) porque eu via isso aqui como fosse o lugar de ter história da comunidade, não só da comunidade, mas uma história local que contasse como isso aqui começou, a gente não tinha acesso e não tinha os méritos de trazer nossa história pra cá e isso afastou a gente por muito tempo.⁷

Todos os moradores de Itaipu se referem à Duna Grandede forma bastante emotiva e nostálgica. Refletem sobre a falta de espaços reservados para o lazer, enaltecendo a segurança e liberdade que esses locais proporcionavam para todos especialmente para as crianças. Além do lazer, são frequentes as lembranças sobre a exuberância e generosidade da restinga, com flora e alimentos que só se encontram ali, como a pitanga preta e o coquinho da restinga. São pessoas conscientes de que a existência do sítio arqueológico, do Museu e dos espaços tombados da região são barreiras para a especulação imobiliária e para os constantes ataques e remoções que sofrem, na mesma medida em que refletem sobre a falta de diálogo com as instituições do Estado que atuam na região. Dentre as diversas informações e análises possíveis desses relatos, é possível afirmar que a preservação do sítio arqueológico passa por reconhecer o importante papel que ele possui para as sociedades contemporâneas e como as comunidades tradicionais atuam para sua proteção. Nesse sentido, é necessário discutir publicamente os seus significados, as suas possibilidades de uso e formas de preservação.

Resultados e discussões

O Inventário Participativo de Pessoas e memórias buscou construir de forma coletiva um olhar integral para os diferentes patrimônios e acervos. Para isso, foram realizados, no escopo do Projeto, o tratamento documental de todo o acervo museológico; o registro e tratamento audiovisual de quarenta entrevistas com membros da comunidade local; a produção de um livro e um documentário sobre suas histórias de vida; a elaboração do primeiro site⁸ do Museu de Arqueologia de Itaipu e a disponibilização de todo esse acervo através da plataforma Tainacan. Mesmo diante de tantos produtos e da ciência de que a partir da execução do Inventário Participativo muitas questões que diziam respeito à

⁷Entrevista de Érika Gonçalves de Souza concedida em 10/08/2017 no âmbito do Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Acervo arquivístico do Museu de Arqueologia de Itaipu.

⁸<https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/>

documentação, comunicação e gestão da informação foram sanadas certamente o resultado mais importante não poderia ser medido ou aferido em números. A essência deste projeto tange o estabelecimento de laços de afeto e confiança entre a instituição e a comunidade, assim como a consolidação de entendimentos comuns sobre as responsabilidades para preservação e manutenção dos acervos, das memórias e dos saberes. O trabalho realizado até aqui representa um importante passo para o tratamento dos acervos e aproximação do MAI com a comunidade do seu entorno, mas estamos cientes de que muitas etapas ainda precisam ser realizadas. A partir das ações empreendidas, foram encontrados problemas na documentação do acervo museológico, especialmente no que diz respeito a sua notação, numeração e marcação. A elaboração de uma política de acervo é premente e precisa abordar tanto os acervos físicos como os digitais, especialmente no que tange a segurança e acesso. A documentação dos acervos precisa estar comprometida em refletir este alinhamento do fazer museológico com as comunidades locais, respeitando seus conhecimentos sobre o território como fonte de informação e parte da memória que precisa ser registrada. Outra possibilidade de estreitamento de laços entre este fazer museológico documental e a comunidade é vislumbrada a partir da coleção fotográfica Ruy Lopes.⁹ A correta identificação e indexação das imagens que compõem esta coleção só poderão ser feitas com a participação dos moradores, detentores das memórias e do conhecimento sobre as pessoas e lugares fotografados.

É importante registrar que, a partir dos relatos, podemos refletir sobre o trabalho educativo realizado tanto pelo Museu de Arqueologia de Itaipu quanto pelo Parque Estadual da Serra da Tiriricae sobre a necessidade de ações educativas mais sistemáticas voltadas para diferentes públicos, de maneira a aliar os conhecimentos tradicionais da comunidade de Itaipu com o conhecimento científico produzido pela Arqueologia. Para além de questões preservacionistas, compreendemos que registrar os afetos e vivências no sítio arqueológico Duna Grande é, também, lançar um olhar para esse espaço e as memórias que ele carrega, aproximando a sua importância científica da sua relevância afetiva.

Referências

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu*. 2011-2104.

⁹Coleção de 532 imagens doadas pelo fotógrafo Ruy Lopes ao Museu de Arqueologia de Itaipu. Compreende registros feitos das paisagens e moradores de Itaipu ao longo das décadas de 1960 e 1970.

FERCANT E YAHTO CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Projeto de Gestão de Acervos arqueológicos em museus dos municípios abrangidos pela Linha de Transmissão de Foz do Iguaçu* - Cascavel, estado do Paraná. Programa 1 - Fase 4 (Execução de necessidades). Quitandinha, Paraná, 2019. 98p.

FERCANT E YAHTO CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Projeto de Mapeamento, Diagnóstico e Levantamento de necessidades de instituições de pesquisa e museus, nos municípios abrangidos pela Linha de Transmissão Curitiba – Bateias, estado do Paraná*. Programa 2 (Fases 1, 2 e 3) e Programa 3. Quitandinha, Paraná, 2019. 557p.

FERCANT ARKHAIOS. Projeto: Pesquisa sobre patrimônio Cultural, material e imaterial e inventário de acervos arqueológicos de instituições e museus dos municípios impactados pela Linha de transmissão 230 kV Londrina-Maringá, estado do Paraná. *Relatório Final*. Quitandinha, Paraná, 2016.

FERCANT ARKHAIOS. Projeto: Inventário e curadoria da coleção arqueológica Benedito Alves de Almeida do Museu Histórico de Santo Inácio, estado do Paraná. *Relatório Final*. Quitandinha, Paraná, 2017.

KNEIP, L. M. Coleção Hildo de Mello Ribeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978. Documentos de trabalho nº3: Série arqueologia. Rio de Janeiro: Depto. de Antropologia – MN/UFRJ, 1995.

KNEIP, L.M.; PALESTRINI, L.; CUNHA, F.L.S. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1981.

ENTRE PAISAGEM E MEMÓRIAS: as ruínas de um sítio arqueológico histórico mineiro e os indivíduos que o reafirmam

Leonardo V. Klink *

Dora Shellard Corrêa **

Introdução

O presente trabalho está relacionado aos resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, voltada à oralidade, memória social, como primeiros e importantes passos para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural arqueológico urbano, situado na região Sul de Minas Gerais, na cidade de Campanha.

O bem cultural estudado é um solar ou sobrado, edificado ainda em um contexto escravista, durante a primeira metade do século XIX (estima-se que sua construção ocorreu entre 1825 e 1830). O solar foi habitado pelas ricas famílias de descendência portuguesa de sobrenome “Ferreira” e “Rezende”, do período de sua edificação até os anos finais da década de 1860.

Em busca do maior número de informações relevantes possível relacionadas ao sobrado, foram coletados os seguintes materiais: fotografias (aproximadamente das primeiras décadas do século XX a 2019), ofícios (tombamento, vistoria anterior ao incêndio, inquéritos policiais, boletim de ocorrência, relatórios do IEPHA, etc.), evidências documentais *pre/post mortem* como inventários e testamentos (século XIX), literatura local (“*Minhas Recordações*” e “*Campanha, 1929*”), testemunhos orais seguidos de transcrições e uma filmagem amadora do Solar do incêndio (1996). Também foram

* Graduando do curso de História, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. E-mail: leonardoklink@gmail.com

** Doutora docente do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. E-mail: pdscor@uol.br

identificadas as remanescentes estruturas das ruínas e artefatos, fontes importantes incrustadas de significâncias, historicidade e sentimentos.

O sobrado do antigo Largo das Dores. Breve histórico e constituição material

Na região em que o solar (hoje como ruínas) está inserido, pode-se constatar que, como freguesia, a cidade começou a prosperar economicamente e demograficamente no início da segunda metade do século XVIII (CASADEI, 1987; REZENDE, 1987), a partir do grande movimento econômico voltado à mineração aurífera. Consequentemente, atraiu mais exploradores, tropeiros, fugitivos e garimpeiros legais e ilegais, os quais se apropriaram de terras para assentar-se.

Com o seu reconhecimento de Vila em 1798, houve crescente presença de comércios, capelas e igrejas, casarões coloniais (como residências ou como prédios públicos) de um e dois pavimentos, em largos ao redor dos templos religiosos, com diversas etnias e extratos sociais.

A presença documental mais antiga do solar situado em frente à atual “Praça do Obelisco” (Praça Dr. Jefferson de Oliveira ou Praça 13 de Maio) se dá a partir das citações de um de seus moradores, o político e memorialista Dr. Francisco de Paula Ferreira de Rezende, nascido na residência em 1832; fato narrado em sua obra, “*Minhas Recordações*”.

A partir do final do XIX, a propriedade passou por diversos usos e ocupações, como residência da família Brandão (até a segunda década do XX), de Dr. Jefferson de Oliveira; abrigando a Escola Normal I (1929-1937) e II (1965-1966) e a Prefeitura Municipal (1976-1993). No último momento de vida útil do prédio (enquanto solar) contava com: uma indústria de calçados denominada “Capezio Calçados” (Figura 1), Associação dos Alcoólicos Anônimos, um escritório da Emater e uma loja de vendas e exposições de tapetes; todas coabitando o espaço até o dia em que a edificação foi consumida pelo fogo, em 30 de maio de 1996 (IEPHA, 1996). O incêndio ocorreu por conta do descaso municipal ao bem tombado – em nível municipal sob “D.1412/ 1985” (IEPHA, 2016, p. 25) – e pela suposta fiação em curto-circuito que originou o fogo que se alastrou pelos cômodos rapidamente devido aos diversos materiais combustíveis em seus cômodos.

Os pisos térreos originais em tábuas de madeira foram substituídos por cimento ao longo das reformas. Com base nas fotos recuperadas (pré-incidente), observa-se através dos

diversos ângulos fotográficos a possível presença de ao menos 30 janelas com esquadrias azuis em estilo colonial, as quais se localizavam no pavimento superior: seis na lateral esquerda e nove em seu frontão, todas compostas por bacias em madeira e guarda-corpos brancos em ferro, constituídas como sacadas individuais (Figura 2). Entre as primeiras décadas, já no século XX, houve a adoção de cimalhas, calhas e canos para o escoamento de água da cobertura.



Figura 1 - Fábrica de sapatos localizada no edifício, nota-se a precariedade em relação à fiação exposta. Fonte: Arquivo Público Municipal da Campanha, sem data e autoria



Figura 2 - Vista da lateral direita do Solar inserido na "Praça do Obelisco". Fotografia tirada entre 1985 e década de 1990. Fonte: CEMEC/SM

Seus alicerces são compostos por colunas e paredes com aparelhamento ciclópico em alvenaria de pedras não regulares e uma fina camada de argamassa, exposta em alguns dos “pilares” atualmente. Em alguns locais na área das ruínas, notam-se as diversas intervenções que o prédio sofreu ao longo de seus usos, através da variedade em materiais. Tijolos de barro dividem espaço com pedras e tijolos com as marcações “A.H.” ou “H.V.”, inseridas em sua superfície. As telhas de tipo “capa canal”, aparentam ser mais antigas por conta das concreções adquiridas entre as décadas, e produzidas manualmente pela disformidade.

Ao contrário do que diz Francisco de Paula (REZENDE, 1980), a estrutura do sobrado oitocentista não é composta totalmente (“de alto a baixo”) por pedras, mas por um tipo de “gaiola” de madeira como base e estrutura em seu segundo pavimento; demonstrado pela ausência de resquícios do segundo andar (Figura 3) no que diz respeito aos remanescentes estruturais ainda sobreviventes. Segundo Cruz:

[...] a casa realmente era em sua maior parte de pedra, apenas o andar nobre fora construído com o sistema estrutural da gaiola de madeira. E apesar da vila ter vivido seu apogeu econômico entre fins do século XVIII e início do XIX, esta casa deveria ser realmente uma casa de “luxo para o lugar”. [...] Este sobrado era uma exceção na vila deste período, pois

sua arquitetura, embora usasse técnicas construtivas tradicionais, a gaiola de madeira apoiada sobre bases de pedra era erudita no sentido estrito da palavra. [...] Diferencia-se da maioria das casas da vila por possuir verga em arco pleno na porta central, vidraças dos balcões e das janelas com folhas de abrir e não mais de guilhotina [...] (CRUZ, 2016, p. 167, 363).



Figura 3 – a) Seis das colunas sobreviventes com emparelhamento de pedras irregulares dispostas pelo terreno do sítio. b) Área em que se encontram as ruínas. Fotos tiradas a partir do "segundo piso" do terreno. Fotos: Marcio Machado, 2019

Levando em conta a cultura material, torna-se claro que as famílias Rezende e Ferreira detinham significativo *status* político e grandes recursos financeiros, materializados através do solar; ressignificado como uma espécie de marcador social, um reflexo simbólico de grandeza, na Vila da Campanha do século XIX.

Durante as pesquisas, foram registrados no perímetro do sítio histórico os seguintes resquícios materiais móveis pertencentes ao casarão: telhas inteiras e fragmentadas de tipo capa canal produzidas a mão, pedras irregulares das colunas e paredes, uma variedade de ao menos quatro tipos de tijolos (inteiros e em fragmentos) e madeiras carbonizadas originárias das janelas frontais e laterais esquerdas do piso inferior.

Memória e oralidade: as memórias como base para a construção histórica

Na ausência de maiores informações desse imóvel oitocentista, – uma vez que se encontra em estado de ruínas há mais de 20 anos; buscou-se aqui partir de fontes orais como base informativa e norteadora para o levantamento histórico e historiográfico. Foram selecionados dois entrevistados (senhores de 49 e 80 anos), para abordarem melhor as questões aqui tratadas, sem torná-las exaustivamente longas. Houve a necessidade em adotar um modelo de entrevista semiestruturada, gravando os áudios

com um aparelho celular. Os sujeitos se voluntariaram para os depoimentos através de uma postagem pessoal em rede social buscando informações sobre o objeto de pesquisa, em um grupo de memórias campanhenses.

Como ferramenta, a História Oral, neste estudo de caso, proporcionou uma gama de informações acerca do contato de ambos com o prédio enquanto edifício sede da Escola Normal II (1965-1966) e Prefeitura Municipal de Campanha. Como método, a História Oral apresenta-se como o objeto da pesquisa, com o foco nas memórias individuais e suas experiências relatadas a respeito de um ícone em comum.

Foram realizadas duas entrevistas com um dos entrevistados, o escritor e memorialista local Leonardo G. de Lima, que detém muito conhecimento, principalmente sobre os personagens tidos como ilustres – ou “portadores” e/ou representantes de uma identidade local. Natural de Campanha, o senhor de 80 anos logo que soube de nosso interesse em um bem de sua amada terra, procurou-nos em uma rede social usada para a iniciativa. O encontro ocorreu alguns dias depois sob a arquitetura colonial dos prédios históricos do Largo das Dores, em um banquinho de pedra na Praça Dr. Jefferson de Oliveira. Houve momentos em que suas falas tornaram-se desconexas umas às outras, e por conta de sua idade, como o mesmo diz “a temporalidade em sua mente aparenta estar coberta com uma névoa”.

As primeiras representações factuais descritas pelo entrevistado são sobre o que ouviu a respeito da formação do Arraial e posteriormente da Vila. Lima (2019) disserta sobre uma das versões conhecidas em que as redondezas eram circundadas por uma mata fechada, e os garimpeiros que ali descobriram ouro exploraram mais a região.

Lima (2019) nos diz que o antigo dono e construtor do casarão (século XVIII), ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Dores, foi um minerador português, conhecido por ser muito bom para a comunidade de baixa condição econômica, em relação aos altos padrões dos donos de sobrados da época, disponibilizando no exterior de sua residência, próximo à porta principal um sino, o qual o mesmo tocava para distribuir alimentos. O minerador José de Jesus Teixeira pagava seus funcionários com ouro em pó sem ao menos pesar. Também foi o responsável pela construção de uma capela ao lado de sua casa que mais tarde seria derrubada para tornar-se a “Igreja das Dores”, com sua pedra de fundação inserida em 1799 (inscrição realizada na cantaria acima da entrada) (CASADEI, 1987, p. 41-43).

Uma valiosa informação a respeito da paisagem da atual praça em frente às atuais ruínas aparece na obra “*Minhas Recordações*”, que também foi citada pelo entrevistado. Ambos descrevem que, no local da atual praça Dr. Jefferson de Oliveira, havia no século XIX um lucrativo comércio de capim, em uma feira assentada ao ar livre em terra (REZENDE, 1987, p. 48). Como não havia criação de cavalos nativos, os animais que vinham de fora, para serem utilizados como a força motriz, não se adaptavam à vegetação local para alimentação, não se alimentavam e enfraqueciam (LIMA, 2019).

Ao ser questionado sobre a situação atual dos cuidados aos patrimônios locais, afirmou que há uma catalogação de bens e preocupação com seus estados físicos, mas sobre administração de indivíduos não tão envolvidos com a história de uma das cidades mais antigas do Sul de Minas, e com esse tipo de trabalho. A falta de “informação cultural” por parte da comunidade preocupa Leonardo Lima, já que muitos propagam positivamente e comemoram muitas vezes a queda natural, o desmanche ou a derrubada de uma edificação secular, por conta de “gastar muito dinheiro público”; frase repetida inúmeras vezes pelas ruas da cidade. “Então uma casa que tem que ser conservada, não acontece nada! Aí o vizinho vem e derruba outra, e assim vai indo. [...] Apesar das regras que tem, devia ser feroz em cima disso” (LIMA, 2019).

O outro entrevistado, Aristeu Fernandes de Amorim (49 anos), colaborou com a presente pesquisa permitindo a entrada no terreno das ruínas (local ao lado de sua casa), assim como com seus testemunhos tão instigantes e emocionantes. O senhor lembra-se do sobrado na paisagem urbana desde os 3 anos, até o momento em que o mesmo sucumbiu às chamas em maio de 1996. Sua atual casa foi cedida à sua família pelo prefeito da época (década de 1970), para facilitar o trabalho de seu pai como segurança do edifício da prefeitura; “[...] há quarenta e dois anos atrás, mais de quarenta e dois” (AMORIM, 2019).

As falas dos dois entrevistados apresentam temporalidades e ângulos diferentes em suas participações juntas do patrimônio cultural da cidade. Aristeu foi criado por seus pais enquanto os mesmos trabalhavam no prédio, e em certa parte da conversa emociona-se ao considerar o acidente como uma lembrança relacionada a um luto de parente, ou até mesmo a morte de um membro próximo da família:

Durante a fala de Aristeu percebe-se a forte predominância de duas palavras (grifadas nas transcrições) relacionadas às suas memórias afetivas sobre o solar: “meu pai” e “fogo” (Figura 4). O teórico John Ruskin (2008, p. 56-57) considera em uma de suas

obras os patrimônios como uma espécie de templos invioláveis, a serem respeitados por seus atuais responsáveis; que em memória aos seus antigos e honrados construtores e/ou moradores, – que viveram, tiveram momentos alegres e tristes – devem tratá-lo com dignidade, respeitando cada canto e cômodo; mesmo prestes a ruir. Assim, um filho deveria fazer em memória ao seu pai. Assim Aristeu faz!

Ao introduzir a temática de “Arqueologia” na entrevista, e se o mesmo considerava o complexo das ruínas como um sítio arqueológico, Aristeu (AMORIM, 2019) concorda, porém partindo da premissa da relevância como um Patrimônio; como uma das construções mais antigas de Campanha e do Sul de Minas, edificada com madeira, telhas como reforços consolidantes nas paredes e pedras de um metro a um metro e meio.

Sugeriu-se a idéia de situar ali um espaço de “sítio musealizado” com as estruturas originais expostas para os visitantes conhecerem como era o prédio. Por ser um lugar de memórias, enquanto unidade doméstica de uma elite oitocentista, prédio público e patrimônio único na cidade. Assim como o senhor possui recordações boas entre o pai e o lugar (solar enquanto ruínas), outros também podem ter, e esse é o intuito do estudo em questão.



Figura 4 - Solar já consumido pelas chamas, 30/05/1996. Fonte: Arquivo Público da Campanha. Autor: Foto Fênix

No caso de um espaço musealizado, o *superartefato* (NAJJAR, 2002) pode contribuir para a história, educação e cultura local aproximando os indivíduos de determinadas

características cotidianas materiais e imateriais, de indivíduos que compartilharam os mesmos espaços, mas há séculos; sob uma paisagem e costumes substancialmente divergentes da atualidade, em termos contextuais.

Considerações finais

Portanto, no caso desta pesquisa inicial, ainda em andamento, a Arqueologia torna-se fundamental com seus rigores teórico-metodológicos; durante as prospecções e registros e às análises dos vestígios materiais dispostos *in situ*. Levando em conta que a Arqueologia envolve um processo destrutivo durante as escavações e como esta é a primeira pesquisa voltada às ruínas em 23 anos (1996-2019), ainda há um vasto campo de possibilidades e propostas a serem exploradas e executadas, passo após passo.

Ressalta-se neste texto que o verdadeiro valor às coisas, – por menores e mais simples que sejam – não está explícito em sua idade, mas nos efeitos muitas vezes de “nostalgia” ou de rápidas e reconfortantes projeções ao passado, causadas por lembranças dos múltiplos contatos diretos ou indiretos entre os sujeitos e o mundo material no presente. Afinal, o que deve ser preservado... as memórias enquanto sobrado sob utilizações públicas e posteriormente ruínas ou diretamente enquanto vestígios expostos às intempéries atualmente? As memórias sociais tornam-se importantes pelo fato de demonstrarem os valores atribuídos ao patrimônio. Porém, ações e intervenções ainda necessitam ser aplicadas, como métodos de preservação e manutenção diretas ao bem cultural, sob os cuidados de instituições locais e do público, como agentes fundamentais às propagações acerca dos estudos patrimoniais, históricos e arqueológicos na cidade de Campanha.

Referências

CASADEI, Antonio. *Notícias Históricas da Cidade da Campanha: tradição e cultura*. Niterói: Serviços Gráfs. Impar, 1987.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Cidade difusa: a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX*. 2016. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, USP, São Paulo, 2016.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria Cristina Coelho. *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração*. Rio de Janeiro: IPHAN / Programa Monumenta, 2002.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia, Ateliê Editorial, 2008.

Documentação oficial consultada

CAMPANHA, Sessão de Cultura e Patrimônio Histórico. *Dossiê de Tombamento Centro Histórico da Campanha: exercício 2018*. Campanha – MG, p. 252-255, 2017.

MINAS GERAIS, IEPHA. *Relatório de vistoria*. Belo Horizonte – Minas Gerais, 1996.

MINAS GERAIS, IEPHA. *Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado – até o ano de 2016 / exercício 2017*. Belo Horizonte – Minas Gerais, p. 25, 2016.

Fontes orais referenciadas

AMORIM, Aristeu Fernandes de. *Testemunho Oral coletado: 26/02/2019*. Campanha – MG, 2019.

LIMA, Leonardo Gonçalves de. *Testemunho Oral coletado: 06/04/2019*. Campanha – MG, 2019.



www.mast.br/vsppa

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



APOIO



Dino-Lite

